



Fras-le S.A.

Manual para Participação do Acionista

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 14/04/2014

Apresentação em 13/03/2014



Índice

1.	Mensagem da Administração	3
2.	Orientações gerais sobre assembleia geral	4
	2.1. Assembleia geral ordinária (AGO)	4
	2.2. Assembleia geral extraordinária (AGE)	4
3.	Orientações para participação nas assembleias gerais	5
	3.1. Acionistas	5
	3.2. Procuradores	5
4.	Edital de Convocação	6
5.	Informações complementares sobre as matérias da AGO de 15/04/2014	8
	(a) Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, os pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.	8
	(b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos	8
	(c) Eleger os membros do conselho de administração;	8
	(d) Eleger, se for o caso, os membros do conselho fiscal; e,	9
	(e) Fixar a remuneração dos administradores e, se eleitos, dos Conselheiros Fiscais.	10
6.	Informações complementares sobre as matérias da AGE de 15/04/2014	12
	Deliberar sobre proposta de cancelamento de 2.000 ações em tesouraria e aumento do capital social da Companhia, de R\$ 170.000.000,00 para R\$ 300.000.000,00 mediante (i) incorporação de parte da Reserva Geral de Lucros, no valor de R\$ 130.000.000,00 e (ii) emissão de 24.994.750 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, uma ação nova para cada quatro ações de que forem titulares, ou seja, bonificação em ações de 25%; e, correlata modificação do “caput” do Artigo 5º do Estatuto Social	12
6.	Anexos	
	Anexo I - Modelo de procuração sem orientação de voto	13
	Anexo II - Modelo de procuração com orientação de votos	14
	Anexo III – Comentários dos Diretores - Informações indicadas no item 10 do Formulário de Referência	15
	Anexo IV - Proposta de destinação do lucro líquido - Anexo 9-1-II da ICVM 481/2009	58
	Anexo V - Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência	61
	Anexo VI - Proposta de Remuneração e informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência	66
	Anexo VII – Proposta para aumento do capital social – Anexo 14 da ICVM 481/2009	77
	Anexo VIII – Parecer do Conselho Fiscal, relativo ao aumento do capital Social	87

1. Mensagem da Administração

Caxias do Sul (RS), 13 de março de 2014.

Prezados Acionistas,

Apresentamos o Manual para Participação de Acionistas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia, contendo orientações para a participação e exercício do direito de voto sobre as matérias incluídas na ordem do dia da assembleias a ser realizada às 10 horas do dia 14 de abril de 2014, que acontecerá na sede social da Companhia, localizada na Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, CEP 95010-550, Bairro Forqueta, Cidade de Caxias do Sul.

Os assuntos a serem tratados constam da ordem do dia e estão descritos no Edital de Convocação publicado nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, estando também disponível na página da rede mundial de computadores da Companhia, www.fras-le.com/ri, da CVM, www.cvm.gov.br e da BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.

Este Manual contempla os documentos referidos na Instrução CVM 481/09 e outras informações complementares sobre as matérias incluídas na Ordem do Dia, bem como orientações para o exercício de seu direito de voto, possibilitando aos senhores participarem da discussão de questões relevantes para a Companhia.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,

Raul Anselmo Randon
Presidente do Conselho de Administração

Daniel Raul Randon
Diretor-presidente e de Relações com
Investidores

2. Informações gerais sobre as assembleias gerais

As matérias relativas às assembleias gerais estão regulamentadas nos Artigos 121 a 137 da Lei 6.404/76 e nos Artigos 13 e 14 do Estatuto Social da Companhia.

A convocação das assembleias gerais se dá mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto a indicação da matéria a ser alterada. O prazo de antecedência da primeira convocação será de, no mínimo, 15 dias e o da segunda convocação de 8 dias.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instala-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto; em segunda convocação, instala-se com qualquer número.

As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

As assembleias gerais da Companhia são convocadas, instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por outro Conselheiro ou, na falta destes, por presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

2.1. Assembleia Geral Ordinária (AGO)

A assembleia geral ordinária é realizada nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para tratar das seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e, (iii) eleger os membros do Conselho de Administração e, quando for o caso, os membros do Conselho Fiscal. Compete ainda, na AGO, deliberar sobre a remuneração dos administradores e fiscais.

Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, nos termos do disposto na Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM 481/09, serão disponibilizados aos acionistas:

- (a) relatório anual dos administradores;
- (b) cópia das demonstrações financeiras e Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFPs;
- (c) comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência;
- (d) parecer dos auditores independentes;
- (e) parecer do Conselho Fiscal;
- (f) proposta de destinação do lucro líquido, conforme Anexo 9-1-II da ICVM 481/09;
- (g) informações indicadas no Artigo 10 da Instrução CVM 481/09, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores; e,
- (g) a proposta de remuneração dos administradores e as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

2.2. Assembleia Geral Extraordinária (AGE)

A assembleia geral extraordinária será realizada sempre que os interesses sociais o exigirem e, quando tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem $\frac{2}{3}$ (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, podendo instalar-se com qualquer número em segunda convocação. Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na assembleia geral extraordinária serão disponibilizados aos acionistas, por ocasião da publicação do primeiro anúncio de convocação da respectiva assembleia.

3. Orientações para participação nas assembleias gerais

3.1. Acionistas

Os acionistas da Companhia poderão participar das assembleias gerais comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto.

Para participar e votar nas referidas assembleias os acionistas (ii) deverão apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante e, (ii) quando pessoas jurídicas, como sociedades empresárias e fundos de investimento, deverão ser representados de conformidade com seus atos constitutivos e deverão entregar os documentos comprobatórios da regularidade da representação.

Antes de se instalarem as assembleias gerais, os acionistas assinarão o Livro de Presenças, com sua identificação, mais a quantidade e o tipo de ações de que forem titulares.

3.2. Procuradores

Os acionistas poderão também ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos. As procurações deverão ter o reconhecimento da firma do outorgante em tabelionato de notas.

Com o objetivo de auxiliar os acionistas, a Companhia disponibiliza modelos de procuração anexos, sendo o Anexo I, modelo de procuração sem orientação de voto e o Anexo II, modelo de procuração com orientação de votos, nesta hipótese o procurador deverá votar observando estritamente as instruções contidas nas respectivas procurações.

Os acionistas poderão, ainda, outorgar procuração com textos diferentes dos aqui sugeridos, desde que estejam de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.

As procurações lavradas em idioma estrangeiro, antes de seu encaminhamento à Companhia, deverão ser traduzidas para o português por tradutor juramentado.

Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das assembleias gerais.

Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das assembleias gerais. Com a finalidade de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos das assembleias, o comprovante de titularidade das ações e o instrumento de mandato podem, a critério do acionista, serem depositados na sede da companhia, preferencialmente, com antecedência de, pelo menos, dois dias úteis da data prevista para a realização das assembleias gerais. Cópia da documentação poderá ser encaminhada por correio eletrônico para o endereço ri@fras-le.com ou, alternativamente pelo fax (54) 3239-1905.

Endereço para envio dos documentos:

Fras-le S.A. - Relações com Investidores

Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945 - Bairro Forqueta
95010-550 – CAXIAS DO SUL - RS

4. Edital de Convocação

O Edital de Convocação para a assembleia, a ser realizada no dia 14 de abril de 2014, será publicado nas edições 13, 14 e 17 de março de 2014, nos jornais “Pioneiro”, de Caxias do Sul, e “Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul”, com teor a seguir transcrito:

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

CONVOCAÇÃO

Convidamos os acionistas a se reunirem na sede da Companhia, Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Caxias do Sul, RS, às 10 horas do dia 14 de abril de 2014, para tratar da seguinte ordem do dia:

(1) Em Assembleia Geral Ordinária

- (a)** Examinar, discutir e votar o relatório anual dos administradores, as demonstrações financeiras, os pareceres da auditoria independente e do conselho fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;
- (b)** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e de distribuição de dividendos;
- (c)** Eleger os membros do conselho de administração;
- (d)** Eleger, se for o caso, os membros do conselho fiscal; e,
- (e)** Fixar a remuneração global dos administradores e, se eleitos, a remuneração dos conselheiros fiscais.

(2) Em Assembleia Geral Extraordinária

Deliberar sobre proposta de cancelamento de 2.000 ações em tesouraria e aumento do capital social da Companhia, de R\$ 170.000.000,00 para R\$ 300.000.000,00 mediante (i) incorporação de parte da Reserva Geral de Lucros, no valor de R\$ 130.000.000,00 e (ii) emissão de 24.994.750 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, uma ação nova para cada quatro ações de que forem titulares, ou seja, bonificação em ações de 25%; e, correlata modificação do “caput” do Artigo 5º do Estatuto Social.

Instruções Gerais:

- ⇒ Nos termos da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, alterada pela Instrução CVM 282, de 26 de junho de 1998, informamos que é de 5% o percentual mínimo de participação no capital social votante, necessário para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração.
- ⇒ Para participar e votar nas referidas Assembleias os acionistas (i) deverão apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante, (ii) caso sejam representados por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos e (iii) apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações.
- ⇒ As informações complementares previstas na Instrução CVM 481/09, assim como o Manual para Participação em Assembleias Gerais de Acionistas, contendo as informações,

orientações aos acionistas e o detalhamento das matérias constantes da ordem do dia, encontram-se disponíveis nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, www.fras-le.com/ri, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), www.cvm.gov.br e da BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, www.bmfbovespa.com.br.

⇒ Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@fras-le.com ou do telefone (54) 3239-1517 e (54) 3239-1951.

Caxias do Sul, 13 de março de 2014.

Raul Anselmo Randon,

Presidente do Conselho de Administração.

5. Informações complementares sobre as matérias da AGO de 05/04/13

A seguir esclarecimentos acerca de cada um dos itens objeto para deliberação na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 14 de abril de 2014.

(a) Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, os pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes SS, foram apreciadas pelos membros do Conselho Fiscal em 12 de março de 2014 e pelos membros do Conselho de Administração, em 11 de março de 2014. O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável e o Conselho de Administração as considerou em condições de serem submetidas aos acionistas e aprovadas na AGO.

Tais documentos foram disponibilizados aos acionistas no dia 12 de março de 2014 e publicados nas edições de mesma data dos jornais nos jornais “Pioneiro”, de Caxias do Sul, e “Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul”.

No dia 13 de março de 2014, foram disponibilizado aos acionistas, os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme dispõe a Instrução CVM 481/09, que também estão anexos, identificados como Anexo III.

Os Diretores, a teor do disposto no Artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/09, declararam que reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes SS, bem como com as opiniões expressas por essa Auditoria no respectivo relatório.

Sobre este item da ordem do dia, terão direito a voto os acionistas titulares de ações ordinárias.

(b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e de distribuição de dividendos;

Em 07 de março de 2014, a Diretoria elaborou proposta para destinação do lucro líquido, nos termos previstos no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, a qual foi apreciada pelos Conselheiros de Administração no dia 11 de março de 2014 e Conselheiros Fiscais no dia 12 de março de 2014, sendo considerada adequada e em condições de encaminhamento aos acionistas na AGO. A Proposta foi disponibilizada aos acionistas, na rede mundial de computadores, no dia 13 de março de 2014, sendo enviada à CVM e BM&FBovespa na mesma data.

A Proposta de destinação do lucro líquido de 2013 encontra-se descrita no Anexo IV.

Sobre este item da ordem do dia, terão direito a voto os acionistas titulares de ações ordinárias.

(c) Eleger os membros do conselho de administração

Em linha com os preceitos do Artigo 20 do Estatuto Social, o Conselho de Administração é composto de três a nove membros, acionistas ou não, eleitos em assembleia geral, pelo prazo de mandato unificado de dois anos.

É facultado aos acionistas com direitos a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição de membros do conselho de administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho a serem eleitos, e reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até quarenta e oito horas antes da AGO, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presenças”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do conselho de administração. De acordo com a Lei, acionistas titulares de 10% das ações com direito a voto poderão exercer este direito. No entanto, a CVM, com a edição da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, estabeleceu uma escala que varia de acordo com o valor do capital social, sendo que na Companhia o percentual necessário é de 5%.

Observadas as condições previstas nos § 4º do Artigo 141 da Lei 6.404/76, é facultado aos acionistas minoritários que representem, pelo menos, 15% do total das ações com direito a voto eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração. Para tanto, os acionistas deverão comprovar a titularidade ininterrupta das referidas participações acionárias, durante o período de, no mínimo, três meses imediatamente anterior à realização da AGO.

O acionista controlador, Randon S.A. Implementos e Participações, propõe a eleição de cinco ou sete membros para compor o Conselho de Administração. A indicação do número final de vagas para composição do órgão deverá ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária, de acordo com solicitação ou não de voto múltiplo e ou votação em separado.

O acionista controlador indica à reeleição os Conselheiros **Raul Anselmo Randon, Astor Milton Schmitt e Luiz Carlos Mandelli**. Adicionalmente, caso a Assembleia Geral Ordinária aprove a indicação de sete vagas para o Conselho de Administração, o acionista controlador indicará também a eleição de **Daniel Raul Randon**.

As vagas remanescentes poderão ser ocupadas por candidatos indicados pelos acionistas minoritários eleitos por votação em separado, voto múltiplo ou apoiados pelo acionista controlador.

A Companhia recomenda ao acionista, ou grupo de acionistas, que desejarem indicar membro para compor o Conselho de Administração, compareçam na AGO, munidos do nome, qualificação e currículo do candidato, observando os requisitos e condições de eleição.

Caso, previamente a data da realização da AGO, a Companhia receber informações de acionistas minoritários, relativas a indicação de candidatos para compor o Conselho de Administração, serão disponibilizadas pelo sistema IPE, na categoria “Aviso aos Acionistas”, tipo “Outros Avisos”.

No Anexo V, encontram-se as Informações adicionais sobre cada um dos candidatos indicados pelo acionista controlador, nos termos do disposto nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.

(d) Eleger, se for o caso, os membros do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto de três a cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos na assembleia geral, com prazo de mandato até a AGO seguinte à sua eleição.

De acordo com a Lei 6.404/76, acionistas titulares de 10% das ações com direito a voto ou 5% das ações preferenciais poderão requerer a instalação do Conselho Fiscal. A CVM, pela Instrução CVM nº 324/00, reduziu tais percentuais, estabelecendo uma escala vinculada ao valor do capital social. Na Companhia, o conselho fiscal poderá ser instalado, ocorrendo pedido de acionistas que representarem, no mínimo, 2% das ações ordinárias ou 1% das ações preferenciais.

Conforme preceitua a Lei 6.404/76, os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito terão direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente, igual direito terão os acionistas detentores de 10% ou mais das ações ordinárias. Ao interpretar o referido dispositivo, a CVM expôs o seu entendimento, por meio do Parecer de Orientação CVM nº 19/90, no sentido de que para não se tornar meramente nominal o direito atribuído por lei aos preferencialistas, deve-se entender que, da votação em separado desses acionistas para a eleição de seu representante no Conselho Fiscal, não poderão participar os acionistas controladores, ainda que detentores também de ações preferenciais.

Cumprido destacar o entendimento emitido pelo Colegiado da CVM nas reuniões de 06 de maio de 2008 e de 23 de setembro de 2008, no sentido de que o requisito de "10% ou mais das ações com direito a voto" previsto no artigo 161, parágrafo 4º da Lei 6404/76 não se refere ao número de ações que o minoritário presente à assembleia precisa deter para eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente do conselho fiscal, mas sim ao número de ações com direito a voto detidas por todos os acionistas minoritários da companhia.

Contudo, considerando que atualmente o capital social da Companhia é representado somente por ações ordinárias, somente os acionistas minoritários terão direito a indicação de um membro titular e um membro suplente para compor o Conselho Fiscal.

Caso, previamente a data da realização da AGO, a Companhia receber informações de acionistas minoritários, relativas a indicação de candidatos para compor o Conselho Fiscal, serão disponibilizadas pelo sistema IPE, na categoria "Aviso aos Acionistas", tipo "Outros Avisos".

Poderão ser eleitos para compor o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador em empresa ou de conselheiro fiscal.

A Companhia recomenda que o acionista, ou grupo de acionistas, que desejarem indicar membro para compor o Conselho Fiscal e respectivo suplente, compareçam a AGO, munidos do nome, qualificação e currículo do candidato, observando as mesmas regras e condições de eleição.

O acionista controlador, Randon S.A. Implementos e Participações, indicará **Benilda Waschow** e **Carlos Osvaldo Pereira Hoff**, como membros titulares; e, **Renato Francisco Toigo** e **Volnei Ferreira de Castilhos**, como membros suplentes, respectivamente.

No Anexo V encontram-se as informações adicionais sobre cada um dos candidatos indicados pelo acionista controlados, nos termos do disposto nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.

(d) Fixar a remuneração global dos Administradores e, se eleitos, a remuneração dos Conselheiros Fiscais.

Cabe, ainda, a assembleia geral fixar o montante, global ou individual, da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo

em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. De acordo com o disposto no Artigo 17 do Estatuto Social, a verba será votada de forma anual e global, cabendo então ao conselho de administração proceder a sua distribuição por membro.

A administração da Companhia submete aos Acionistas, para exame e deliberação, propostas para Remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal, a qual está descrita no Anexo VI, juntamente com as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

Sobre este item da ordem do dia, terão direito a voto os acionistas titulares de ações ordinárias.

6. Informações complementares sobre as matérias da AGE de 15/04/2014

A seguir esclarecimentos acerca de cada um dos itens objeto para deliberação na Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 14 de abril de 2014.

Deliberar sobre proposta de cancelamento de 2.000 ações em tesouraria e aumento do capital social da Companhia, de R\$ 170.000.000,00 para R\$ 300.000.000,00 mediante (i) incorporação de parte da Reserva Geral de Lucros, no valor de R\$ 130.000.000,00 e (ii) emissão de 24.994.750 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, uma ação nova para cada quatro ações de que forem titulares, ou seja, bonificação em ações de 25%; e, correlata modificação do “caput” do Artigo 5º do Estatuto Social.

No dia 12 de março de 2014, a Diretoria elaborou proposta para aumento do capital social e bonificação em ações, a qual foi apreciada pelo Conselheiros de Administração, sendo considerada e apta a ser submetida aos acionistas na AGE.

A proposta para aumento do capital social e bonificação em ações, com as informações previstas no Anexo 14 da ICVM 481/2009, encontra-se no Anexo VII deste Manual.

Os Conselheiros Fiscais, analisaram a proposta no mesmo dia 12 de março e emitiram parecer favorável ao aumento, estando o respectivo parecer incluído neste Manual como Anexo VIII.

Sobre este item da ordem do dia, terão direito a voto os acionistas titulares de ações ordinárias.

A proposta de modificação do Estatuto Social, em decorrência do aumento do capital e bonificação propostos, encontra-se na mesma proposta da Diretoria de 12 de março de 2014, constante do Anexo VII mencionado acima, e foi apreciada pelo Conselho de Administração na mesma data.

Sobre este item da ordem do dia, terão direito a voto os acionistas titulares de ações ordinárias.

Anexo I – Modelo de procuração sem orientação de voto

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

{Pessoa natural} [nome do acionista], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor] e inscrito no CPF [nº de inscrição no CPF], com endereço [endereço completo].

{Pessoa jurídica} [nome do acionista], com sede na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº [nº do CNPJ], neste ato representada em conformidade com seus atos constitutivos.

OUTORGADO

[nome do procurador], [estado civil], [profissão], [se advogado, informar o nº de inscrição na OAB], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor], inscrito no CPF sob nº [nº do CPF], com endereço [endereço completo].

PODERES

Específicos para representar o OUTORGANTE, na qualidade de acionista da Fras-le S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 88.610.126/0001-29, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia 14 de abril de 2014, na sede social, localizada na Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta, Caxias do Sul, RS, podendo, para tanto, exercer o direito de voto que lhe cabe como titular de ações de emissão da referida Companhia, inclusive apresentar propostas, examinar, discutir e votar qualquer matéria ou assunto submetido à deliberação na referida Assembleia, assinar atas, livros, papéis, termos e mais o que preciso for, para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

[cidade e estado], [dia] de [mês] de [ano].

[assinatura com firma reconhecida]

Anexo II – Modelo de procuração com orientação de voto

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: {Pessoa natural} [nome do acionista], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor] e inscrito no CPF [nº de inscrição no CPF], com endereço [endereço completo], ou {Pessoa jurídica} [nome do acionista], com sede na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº [nº do CNPJ], neste ato representada em conformidade com seus atos constitutivos.

OUTORGADO: [nome do procurador], [estado civil], [profissão], [se advogado, informar o nº de inscrição na OAB], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor], inscrito no CPF sob nº [nº do CPF], com endereço [endereço completo].

PODERES: Específicos para representar o OUTORGANTE, na qualidade de acionista da Fras-le S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 88.610.126/0001-29, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia 14 de abril de 2014, na sede social, localizada na Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta, Caxias do Sul, RS, podendo, para tanto, exercer o direito de voto que lhe cabe como titular de ações de emissão da referida Companhia, inclusive apresentar propostas, examinar, discutir e votar qualquer matéria ou assunto submetido à deliberação na referida Assembleia, assinar atas, livros, papéis, termos e mais o que preciso for, para o bom e fiel cumprimento deste mandato, obedecendo, obrigatoriamente, a seguinte orientação de votos.

Ordem do Dia		
Em Assembleia Geral Ordinária		
(a) Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, os pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
(b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e de distribuição de dividendos;		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
(c) Eleger os membros do Conselho de Administração		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
(d) Eleger, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal; e,		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
(e) Fixar a remuneração global dos Administradores e, se eleitos, a remuneração dos Conselheiros Fiscais;		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Em Assembleia Geral Extraordinária		
Deliberar sobre proposta de cancelamento de 2.000 ações em tesouraria e aumento do capital social da Companhia, de R\$ 170.000.000,00 para R\$ 300.000.000,00 mediante (i) incorporação de parte da Reserva Geral de Lucros, no valor de R\$ 130.000.000,00 e (ii) emissão de 24.994.750 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, uma ação nova para cada quatro ações de que forem titulares, ou seja, bonificação em ações de 25%; e, correlata modificação do “caput” do Artigo 5º do Estatuto Social.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()

[cidade e estado], [dia] de [mês] de [ano].

[assinatura com firma reconhecida]

Anexo III – Comentários dos Diretores – Informações indicadas no item 10 do Formulário de Referência

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressaltado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (www.fras-le.com) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pela administração da Companhia na condução de seus negócios:

	Exercício social encerrado em			Variações horizontais	
	(em R\$ mil)			(em %, exceto se de outra forma indicado)	
	2010	2011	2012	2010 x 2011	2011 x 2012
Receita operacional bruta	658.768	710.496	865.976	7,85%	21,88%
Receita bruta no mercado externo	224.392	165.958	301.607	(26,04)%	81,74%
Receita bruta no mercado doméstico	434.376	544.538	564.369	25,36%	3,64%
Receita operacional líquida	509.507	545.585	662.758	7,08%	21,48%
Receita líquida no mercado externo	224.392	165.958	301.607	(26,04)%	81,74%
Receita líquida no mercado doméstico	285.115	379.627	361.151	33,15%	(4,87)%
EBITDA⁽¹⁾	75.469	64.149	85.856	(15,00)%	33,84%
Margem EBITDA⁽²⁾	14,8%	11,8%	13,0%	(3,0)p.p.	1,2p.p.
Lucro bruto	151.109	138.919	168.348	(8,07)%	21,18%
Lucro líquido	48.567	44.246	25.059	(8,90)%	(43,36)%
Margem Líquida⁽³⁾	9,53%	8,11%	3,78%	(1,42)p.p.	(4,33)p.p.
Patrimônio Líquido	325.057	350.904	368.980	7,95%	5,15%
Retorno sobre o PL (Anualizado)⁽⁴⁾	14,94%	12,61%	7,14%	(2,31)p.p.	(5,47)p.p.
Dívida Bruta⁽⁵⁾	262.471	321.628	409.855	22,54%	27,43%
Curto prazo	116.949	114.426	193.069	(2,16)%	68,73%
Longo prazo	145.522	207.202	216.786	42,39%	4,63%

⁽¹⁾ O EBITDA consiste no lucro líquido do exercício, acrescido das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social e das depreciações e amortizações. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. O EBITDA é utilizado pela Companhia como indicador de seu desempenho operacional. A Companhia entende que esse indicador é apropriado para uma melhor compreensão do seu desempenho financeiro, bem como da sua capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com suas despesas de capital e de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, a Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas

- para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, esse indicador não reflete a real geração de caixa da Companhia e não deve ser usado como tal. Para um reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.
- (2) EBITDA do exercício/período dividido pela receita operacional líquida do exercício/período.
- (3) Lucro líquido do exercício/período dividido pela receita operacional líquida do exercício/período.
- (4) Lucro líquido dos últimos 12 meses dividido pelo patrimônio líquido na data de encerramento do exercício/período.
- (5) A Dívida Bruta corresponde às dívidas financeiras da Companhia (empréstimos e financiamentos) de curto e longo prazo.

	Exercício social encerrado em		Variações horizontais
	(em R\$ mil)		(em %, exceto se de outra forma indicado)
	2012	2013	2012 x 2013
Receita operacional bruta	865.976	929.775	7,37%
Receita bruta no mercado externo	301.607	319.157	5,82%
Receita bruta no mercado doméstico	564.369	610.618	8,19%
Receita líquida	662.758	717.281	8,23%
Receita líquida no mercado externo	301.607	319.157	7,37%
Receita líquida no mercado doméstico	361.151	398.124	10,24%
EBITDA⁽¹⁾	85.856	104.508	21,72%
Margem EBITDA⁽²⁾	13,0%	14,6	1,6p.p.
Lucro bruto	168.348	195.228	15,97%
Lucro líquido	25.059	40.107	60,05%
Margem Líquida⁽³⁾	3,78%	5,59%	1,81p.p.
Patrimônio Líquido	368.980	395.848	7,28%
Retorno sobre o PL (Anualizado)⁽⁴⁾	7,14%	10,87	3,73p.p.
Endividamento⁽⁵⁾	409.855	408.726	-0,28%
Curto prazo	193.069	74.622	-61,35%
Longo prazo	216.786	334.104	54,12%

(1) O EBITDA consiste no lucro líquido do exercício, acrescido das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social e das depreciações e amortizações. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. O EBITDA é utilizado pela Companhia como indicador de seu desempenho operacional. A Companhia entende que esse indicador é apropriado para uma melhor compreensão do seu desempenho financeiro, bem como da sua capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com suas despesas de capital e de capital de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, a Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, esse indicador não reflete a real geração de caixa da Companhia e não deve ser usado como tal. Para um reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) EBITDA do exercício/período dividido pela receita operacional líquida do exercício/período.

(3) Lucro Líquido do exercício/período dividido pela receita operacional líquida do exercício/período.

(4) Lucro Líquido dos últimos 12 meses dividido pelo patrimônio líquido na data de encerramento do exercício/período.

(5) O endividamento total corresponde às dívidas financeiras da Companhia (empréstimos e financiamentos) de curto e longo prazo.

b. Estrutura de capital

A Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$395,8 milhões, comparado a R\$369,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$350,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$325,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. O aumento do patrimônio líquido de 7,3% ou R\$26,9 milhões em

31 de dezembro de 2013 quando comparado com 31 de dezembro de 2012 refere-se principalmente ao desempenho operacional do período, que resultou em um aumento das reservas de lucros. O patrimônio líquido da Companhia apresentou crescimento entre os exercícios de 2010 a 2012, principalmente em razão dos resultados dos exercícios, após a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios e de juros sobre o capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2013, a estrutura de capital da Companhia era composta por 42,37% de capital próprio e 57,63% de capital de terceiros, comparados a 41,12% de capital próprio e 58,88% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a estrutura de capital da Companhia era composta de 44,97% e 55,03% de capital próprio e de capital de terceiros, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2010, correspondia a 47,35% e 52,65%, respectivamente, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de			
	2013	2012	2011	2010
	<i>(em R\$ mil)</i>			
Capital próprio				
Capital social	170.000	170.000	170.000	170.000
Reserva de lucros	175.759	148.024	130.589	101.513
Outros resultados abrangentes	49.184	50.009	49.629	53.221
Participação de acionistas não controladores	905	947	686	323
Patrimônio líquido	395.848	368.980	350.904	325.057
Capital de terceiros				
Passivo circulante	174.528	276.577	197.732	188.512
Passivo não circulante	363.820	251.785	231.647	172.973
Total do passivo	538.348	528.362	429.379	361.485
Total do passivo e patrimônio líquido	934.196	897.342	780.283	686.542

(i) hipótese de resgate e (ii) fórmula de cálculo do valor do resgate

Na data deste Formulário de Referência nenhuma ação da Companhia era resgatável.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação tem sido estável ao longo dos anos como atestam seus índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – pelo EBITDA dos últimos 12 meses). A Companhia acredita que a manutenção da sua saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos da Companhia que visa a maximizar o giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos buscando não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

Em 31 de dezembro de 2013, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,88 e o índice de endividamento foi de 1,65.

Em 31 de dezembro de 2012, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 1,73 e o índice de endividamento foi de 2,14.

Em 31 de dezembro de 2011, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,34 e o índice de endividamento foi de 1,14.

Em 31 de dezembro de 2010, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,15 e o índice de endividamento foi de 0,48.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e, principalmente, instrumentos lastreados em exportação para financiar as suas necessidades de capital.

O caixa operacional da Companhia em 2011 apresentou redução em relação a 2010, principalmente em função das aplicações financeiras de liquidez não imediata em 2011, que foi considerado como aplicações financeiras em função dos prazos e carências. O aumento do caixa e equivalentes de caixa da Companhia em 2012 em relação a 2011 decorreu, principalmente, de captação de novos recursos e geração de caixa. O caixa e equivalentes de caixa da Companhia aumentou em 31 de dezembro de 2013 em relação ao mesmo período de 2012, principalmente em razão do desempenho operacional.

Empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo relaciona os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010:

Financiamentos (em R\$ mil):

	Indexador	Juros	Vencimento	Em 31 de dezembro de			
				2013	2012	2011	2010
Circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 5% a.a	15/02/2020	11.253	9.696	7.954	10.204
BNDES	TJLP	2,67% a 2,97% a.a.	31/01/2020	15.650	57.578	57.099	8.820
EXIM	TJLP	5,5%a.a..	15/04/2016	576	50.429	800	56.311
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/11/2025	1.682	668	211	-
Empréstimos capital de giro	TJLP	9,94% a.a.	15/08/2017	4.508	10.011	-	-
Vendor	Selic	3% a.a.	10/03/2014	21.124	-	-	-
Moeda estrangeira:							
Adiantamentos de contratos de câmbio	Variação cambial + deságio	1,7% a 2,3% a.a	14/11/2013	-	46.449	34.881	26.042
Empréstimos bancários US\$ 1.644 mil	Libor	4% a.a.	30/08/2018	3.852	2.765	4.474	5.132
Empréstimos bancários US\$ 30.835 mil	-	20,6% a.a.	26/05/2014	11.082	-	5.656	2.097
Empréstimos bancários	PBCO	5,31% a.a + 2% fiança	03/01/2011	-	-	-	5.347
BNDES US\$ 22 mil	5,6 + Spread	1,97% a.a.	15/01/2020	51	477	761	684
IFC financiamento de US\$ 1.363 mil	Variação Cambial + Libor	2,25% a 3% a.a.	15/10/2017	3.193	13.706	2.590	2.312
Resolução 2770 NCE	Variação cambial + Libor 6M	4,5% a.a.	20/03/2020	1.651	1.290	-	-
				74.622	193.069	114.426	116.949
Não circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1 a 5% a.a..	15/02/2020	20.220	31.406	24.901	23.156
BNDES	TJLP	2,67% a 2,97% a.a.	31/01/2020	53.990	-	32.756	89.483
EXIM	TJLP	5,5 a.a.	15/04/2016	50.000	-	74.292	-
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/11/2025	23.241	16.840	15.411	11.823
Empréstimo bancário capital de giro	TJLP	9,94% a.a..	15/08/2017	7.968	12.563	-	-
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários US\$ 20.324 mil	Libor	4% a.a.	30/08/2018	47.612	49.044	46.895	6.664
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a.	26/05/2014	-	4.758	-	-
BNDES US\$ 1.952	5,6 + Spread	1,97% a.a.	15/01/2020	4.573	-	442	1.066
IFC financiamento de US\$ 4.000 mil	Variação Cambial + Libor	3% a.a.	15/10/2017	9.370	-	12.505	13.330
Resolução 2770 NCE	Variação cambial + Libor 6M	4,5% a.a.	20/03/2020	117.130	102.175	-	-
				334.104	216.786	207.202	145.522
Total de empréstimos e financiamentos				408.726	409.855	321.628	262.471

Para mais informações sobre os principais contratos de empréstimo e financiamento celebrados pela Companhia, vide item 10.1.f.i deste Formulário de Referência.

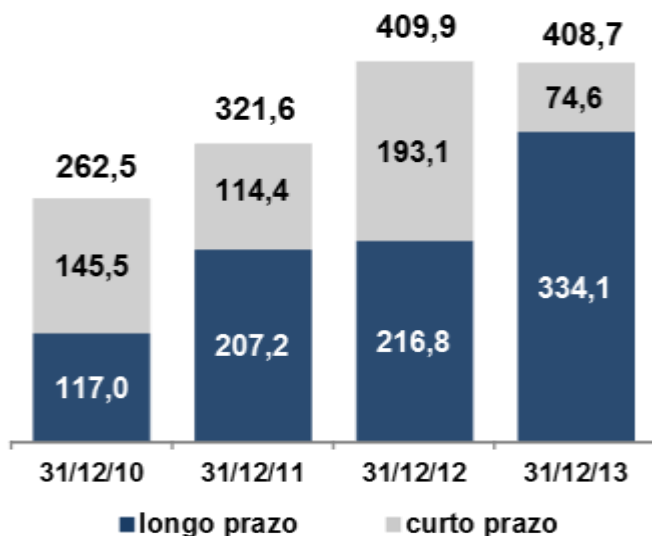
e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular dos seus negócios são o caixa operacional e empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais. A Companhia acredita que essas disponibilidades são suficientes para atender as suas necessidades regulares de capital. Embora não as tenha utilizado nos últimos anos, a Companhia acredita ter acesso rápido a linhas de crédito, considerando os bons índices de avaliação junto a instituições financeiras, caso haja descasamento entre essas disponibilidades e as obrigações vincendas no curto prazo da Companhia.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A evolução da dívida bruta consolidada da Companhia, que compreendem as dívidas financeiras (empréstimos e financiamentos) de curto e longo prazo, encontra-se representado pelos gráficos abaixo, segregados entre curto e longo prazo, conforme o prazo de vencimento, inferior ou superior a 12 meses:

Endividamento bruto consolidado (milhões de R\$)



i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela constante da seção 10.1 (d) — “Empréstimos e Financiamentos” deste Formulário de Referência compreende os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo consistem, principalmente, de financiamentos à exportação e empréstimos com recursos do BNDES, que totalizavam, em 31 de dezembro de 2013, R\$74,6 milhões, e em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, respectivamente, R\$193,1 milhões, R\$114,4 milhões e R\$117,0 milhões.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo consistem em financiamentos à exportação e empréstimos com recursos do BNDES, que totalizavam, em 31 de dezembro de 2013, R\$334,1 milhões, e em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, respectivamente, R\$216,8 milhões, R\$207,2 milhões e R\$145,5 milhões.

Abaixo seguem as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Companhia vem cumprindo regularmente as condições, garantias e restrições acordadas nos termos desses contratos:

Em 25 de abril de 2013, a Companhia celebrou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o contrato de financiamento nº 13.2.0033.1, no valor de R\$109.046.000,00, a ser quitado em 32 parcelas mensais, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 30 de setembro de 2013 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2020. O saldo devedor sofrerá incidência de diferentes taxas de juros conforme as cinco parcelas de subcrédito, que variam de 3% ao ano a TJLP acrescida de 1,00% ao ano mais *spread* de 1,97% ao ano. A dívida é garantida por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$74,3 milhões.

Em 12 de abril de 2013, a Companhia celebrou com o Banco Santander (Brasil) S.A., o contrato de financiamento nº 472842112042013, mediante repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$50.000.000,00, a ser quitado em 15 de abril de 2016, em uma única parcela, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. O saldo devedor sofrerá incidência de juros correspondentes a 5,50% ao ano. O contrato está sujeito a cláusulas de vencimento antecipado usualmente adotadas neste tipo de operação, dentre as quais destacam-se: (i) adiantamento financeiro de qualquer natureza, vinculado à exportação de pastilhas de freios e sapatas soldadas para veículos; (ii) inadimplemento das obrigações constantes no contrato ou em outros contratos firmados com o banco ou terceiros; (iii) mudança ou alteração do objeto social da Companhia; (iv) transferência do controle acionário; e (v) incorporação, fusão ou transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$50,6 milhões.

Em 28 de fevereiro de 2011, a Companhia celebrou com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, o contrato de financiamento nº 02.11.02.28, a ser quitado em 81 parcelas mensais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 16 de novembro de 2011 e a última vencerá em 15 de fevereiro de 2020. O saldo devedor sofrerá incidência de juros correspondentes a TJLP + 5,0% ao ano. O contrato possui cláusula de vencimento antecipado da dívida na hipótese de inadimplemento de qualquer obrigação contida no contrato, o que ocasionará a majoração da taxa de juros para TJLP acrescida de um *spread* de 10,0% ao ano sobre o saldo devedor. A dívida é garantida por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$23,3 milhões.

Em 02 de abril de 2012, a Companhia emitiu em favor do Banco Itaú BBA S.A., duas Notas de Crédito à Exportação de nº 106312040200020 e 106312042000090 (“NCEs”), no valor total de US\$50.000.000,00, a serem quitadas em 16 parcelas semestrais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. As primeiras parcelas venceram em 21 de setembro de 2012 e as últimas vencerão em 20 de março de 2020. O saldo devedor sofre incidência de juros correspondentes *Libor* de 6 meses, acrescida de um *spread* de 4,5% ao ano, além da variação cambial. As NCEs estão sujeitas a cláusulas de vencimento antecipado usualmente adotadas neste tipo de operação, dentre as quais destacam-se: (i) contratação pela Companhia de financiamentos ou recursos por meio de outros instrumentos disponíveis no mercado financeiro relacionados a exportações; (ii) inadimplemento das obrigações constantes nas NCEs ou em qualquer outro contrato firmado com o banco; (iii) mudança ou alteração do objeto social da Companhia; (iv) alteração ou modificação da

composição do capital social ou mudança, transferência ou cessão do controle acionário; (v) incorporação, fusão ou cisão da Companhia; e (vi) não observância pela Companhia da relação: dívida líquida/EBITDA menor que 2,5x. As dívidas são garantidas por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$118,8 milhões.

Em 21 de dezembro de 2006, a Companhia celebrou com o Badesul Desenvolvimento S.A., um contrato de financiamento (Fundopem) nº 2770, a ser quitado em 220 parcelas mensais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 23 de abril de 2007 e a última vencerá em 21 de novembro de 2025. O saldo devedor sofre incidência de juros correspondentes a IPCA, acrescida de um *spread* de 3,0% ao ano. A dívida é garantida por fiança concedida pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$24,9 milhões.

Em 29 de agosto de 2011, a subsidiária Fras-le North América celebrou com o Banco Itau S.A., um contrato de financiamento nº 1/208, a ser quitado em 20 parcelas trimestrais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 30 de agosto de 2013 e a última vencerá em 30 de agosto de 2018. O saldo devedor sofrerá incidência de juros correspondentes a Libor acrescida de um *spread* de 4,0% ao ano. O contrato não possui cláusula restritiva que declare o vencimento antecipado da dívida. A dívida é garantida por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 51,4 milhões.

Em 5 de fevereiro de 1999, a Companhia celebrou com a International Finance Corporation (“IFC”) um contrato de investimento, por meio do qual a IFC concedeu dois empréstimos, no valor de US\$10.000.000,00 e US\$15.000.000,00 à Companhia. O primeiro empréstimo foi concedido e utilizado, porém o segundo empréstimo não veio a ser desembolsado e foi cancelado pela IFC, nos termos do contrato. Em 28 de setembro de 2007, a Companhia e a IFC celebraram um aditivo ao contrato de investimento, por meio do qual a IFC concedeu um empréstimo adicional de US\$10.000.000,00. O primeiro empréstimo foi quitado em 15 de abril de 2009, enquanto o segundo empréstimo será pago em parcelas semestrais de principal, sendo que a primeira venceu em 15 de outubro de 2010 e a última vencerá 15 de outubro de 2017. O saldo devedor do segundo empréstimo sofre incidência de juros correspondentes a *Libor* de 6 meses, acrescida de um *spread* de 2,25% ao ano, além da variação cambial. O contrato de investimento está sujeito a cláusulas de vencimento antecipado usualmente adotadas neste tipo de operação, dentre as quais destacam-se: (i) contratação de operações com derivativos exceto para fins de *hedge*; (ii) inadimplemento das obrigações constantes no contrato de investimento ou em qualquer outro contrato firmado com a IFC ou qualquer outro credor; (iii) venda de ativos fixos com valor agregado superior a US\$10,0 milhões, exceto caso os ativos estejam sendo substituídos simultaneamente; (iv) incorporação, fusão ou cisão da Companhia; e (v) não observância pela Companhia das relações: ativo circulante por passivo circulante maior que 1,3x e dívida financeira líquida por EBITDA menor que 2,3 entre 3º e 4º trimestres de 2012; 2,0 entre 1º e 2º trimestres de 2013; 1,8 entre 3º e 4º trimestres de 2013; e 1,5 a partir do 1º trimestre de 2014.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em 31 de dezembro de 2013, a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia era de R\$538,3 milhões (R\$528,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$429,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$361,5 milhões em 31 de dezembro de 2010), dos quais R\$57,1 milhões (R\$70,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$70,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$54,7 milhões em 31 de dezembro de 2010) são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, R\$101,9 milhões (R\$85,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$29,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$48,7 milhões em 31 de dezembro de 2010) são garantidos por aval ou fiança da Companhia e os R\$379,3 milhões remanescentes (R\$369 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$329,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$258,1 milhões em 31 de dezembro de 2010) não contam com qualquer tipo de garantia. Para mais informações sobre o grau de subordinação das dívidas, vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

O contrato de financiamento celebrado com o *International Finance Corporation – IFC* descrito na seção 10.1.f.i deste Formulário de Referência contém cláusulas restritivas, que incluem, entre outras, vencimento total ou parcial em caso de descumprimento dos seguintes índices financeiros:

- i) Índice de liquidez corrente, correspondente à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante em determinada data, que não poderá ser inferior a 1,3; e
- ii) Índice de endividamento, correspondente à divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA anualizado, que não pode(rá) ser maior que 2,3 entre 3º e 4º trimestres de 2012; 2,0 entre 1º e 2º trimestres de 2013; 1,8 entre 3º e 4º trimestres de 2013; e 1,5 a partir do 1º trimestre de 2014.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010, a Companhia estava em conformidade com os níveis requeridos por esses contratos.

Para fins dos índices referidos acima, considera-se:

“Ativo circulante” a soma dos valores de caixa, estoques, investimentos classificados como “detidos para negociação”, investimentos classificados como “disponíveis para venda”, contas a receber de clientes, outras contas a receber realizáveis dentro de um ano e despesas pagas antecipadamente, as quais serão debitadas da renda dentro de um ano.

“Passivo circulante” a soma de todos os passivos devidos à vista ou dentro de um ano (incluindo adiantamentos de contrato de câmbio, bem como outros tipos de instrumentos financeiros comerciais com vencimento inferior a 36 meses, celebrados pela Companhia no curso ordinário de seus negócios para desconto de recebíveis de exportação, com fins não especulativos), mas com exclusão dos passivos relacionados à propriedade, instalações e equipamentos na medida em que os valores dos mesmos forem excluídos do cálculo do Ativo Circulante.

“Dívida Financeira Líquida” o resultado da subtração do saldo da dívida financeira pelo caixa e equivalentes de caixa.

“EBITDA” a soma do lucro líquido, das despesas com juros, taxas, itens extraordinários, depreciação, amortização ou quaisquer outras despesas que não envolvam caixa (na medida em que cada um for deduzido do cálculo da lucro líquido).

O contrato de financiamento celebrado com o Banco Itaú BBA S.A descrito na seção 10.1.f.i deste Formulário de Referência contém cláusulas restritivas, que incluem, entre outras, vencimento total ou parcial em caso de descumprimento do índice de endividamento, correspondente à divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA anualizado, que não pode(rá) ser maior que 2,5.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010, a Companhia estava em conformidade com os níveis requeridos por esse contrato.

Para fins do índice referido acima, considera-se:

“Dívida Líquida” a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluindo os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e as contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas, bem como dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas, deduzidas as disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

“EBITDA” o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das depreciação e da amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários.

O contrato de financiamento celebrado com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES descrito na seção 10.1.f.i deste Formulário de Referência contém cláusulas restritivas, que incluem, entre outras, vencimento total ou parcial em caso de não comprovação pela Companhia das exportações prometidas nos processos de Exim.

Os contratos financeiros dos quais a Companhia é parte possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente previstas em operações financeiras que limitam, dentre outros eventos, a alienação de ativos da Companhia e a alienação/transferência do seu controle societário.

A Companhia entende que as cláusulas de quaisquer dos contratos de financiamento dos quais é parte não restringirão de maneira significativa a capacidade de contratar novas dívidas para satisfazer as necessidades de capital, caso seja necessário.

Adicionalmente, nenhuma das cláusulas desses contratos restringe diretamente a capacidade de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio da Companhia.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010, a Companhia não possuía limites nos financiamentos então contratados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

i. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressaltado, referem-se às informações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012 e 2013.

Apresentação das principais contas das demonstrações de resultados da Companhia

Receita operacional líquida

A receita obtida, principalmente, com a venda dos produtos da Companhia, mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida após as deduções correspondentes a descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativas da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviço é reconhecida com base no serviço prestado.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados são compostos de (i) matérias-primas e outros materiais usados e consumidos na produção; (ii) fretes de matérias primas; (iii) outros custos, incluindo depreciação, custo de mão de obra, serviços de terceiros, entre outros.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais são compostas principalmente por (i) despesas com vendas, compostas por fretes de nossos produtos finais e comissões; (ii) despesas administrativas e gerais, compostas por despesas com as áreas de apoio, tais como qualidade, suprimentos, manutenção e despesas com pesquisa e desenvolvimento; (iii) despesas com honorários fixos da administração; (iv) outras despesas operacionais, compostas principalmente por participações de resultados, provisões e outros resíduos de venda de imobilizados; e (v) outras receitas operacionais, compostas principalmente por venda de imobilizados (ex. sucata). A Companhia não divulga as receitas (despesas) operacionais por segmento, pois tais itens não são informados de forma segregada aos responsáveis pelas tomadas de decisões na Companhia.

Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com variação cambial, juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas com outras operações de derivativos, ajustes a valor presente, variações monetárias, despesas bancárias, e outras despesas financeiras, compostas principalmente por descontos concedidos, taxas (IOF) e comissões.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de variações cambiais, juros sobre rendimentos de aplicações financeiras, ganhos com outras operações de derivativos, ajustes a valor presente e outras receitas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240,0 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Participação dos administradores nos lucros

As despesas com participações de administradores nos lucros encontram-se prevista no artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e pode chegar até 8% do lucro após o imposto de renda e contribuição social.

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado, a partir das suas demonstrações financeiras consolidadas

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados consolidados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2013		2012		Variação 2013 x 2012	
	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%		%
Receita operacional líquida	717.281	100,00%	662.758	100,00%	100,00%	
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-522.053	-72,78%	-494.410	-74,60%	5,59%	
Lucro bruto	195.228	27,22%	168.348	25,40%	15,97%	
Receitas (despesas) operacionais						
Vendas	-71.194	-9,93%	-76.253	-11,51%	-6,63%	
Administrativas e gerais	-46.192	-6,44%	-42.458	-6,41%	-8,79%	
Honorários da administração	-3.094	-0,43%	-2.786	-0,42%	-11,06%	
Outras despesas operacionais	-9.630	-1,34%	-6.246	-0,94%	54,18%	
Outras receitas operacionais	2.286	0,32%	9.874	1,49%	-76,85%	
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	67.404	9,40%	50.479	7,62%	33,53%	
Despesas financeiras	-102.435	-14,28%	-56.286	-8,49%	81,99%	
Receitas financeiras	85.089	11,86%	37.254	5,62%	128,40%	
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	50.058	6,98%	31.447	4,74%	59,18%	
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	-9.951	-1,39%	-6.388	-0,96%	55,78%	
Lucro líquido do exercício	40.107	5,5%	25.059	3,78%	60,05%	

A partir da publicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a participação dos resultados dos administradores foram adicionados as despesas administrativas e gerais.

Receita operacional líquida

A tabela abaixo indica a composição da receita operacional líquida, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2013		2012		Variação 2013 x 2012	
	Valor	Percentual Participação	Valor	Percentual Participação	Variação em R\$	Variação Percentual
	(Em R\$ mil exceto percentuais)					
Receita operacional líquida	717.281	100,00%	662.758	100,00%	54.523	8,23%
Montadoras	160.424	22,37%	145.564	21,96%	14.860	10,21%
Reposição	556.857	77,63%	517.194	78,04%	39.663	7,67%

Conforme o quadro acima, a receita operacional líquida apresentou aumento de R\$54.523 milhões, ou 8,23%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, quando totalizou R\$717,281 milhões, comparado a R\$662.758 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Essa variação é explicada pela evolução da receita operacional líquida em cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

- (i) Montadoras: houve aumento de R\$14,9 milhões, ou 10,21%, na receita operacional líquida do segmento de montadoras, passando de R\$145,6 milhões no exercício social encerrado em 2012 para R\$160,4 milhões no exercício encerrado em 2013, decorrente, principalmente:
- Do aumento no volume de vendas impulsionado pela retomada das vendas para montadoras, após a implementação da EURO V, uma nova lei de emissões para motores em veículos comerciais. Com a implementação da nova legislação, observou-se um movimento de antecipação de compras por parte das montadoras, ocasionando uma redução posterior do mercado em função do aumento do estoque desses clientes, que retomaram os níveis normais de compras neste período; e
 - Da desvalorização do Real frente ao Dólar de 12,9 % que aumentou a receita contabilizada em Reais, uma vez que os valores de nossa receita de exportações são originalmente auferidos em Dólar e convertidos para Reais.
- (ii) Reposição: houve aumento de R\$39,7 milhões, ou 7,67%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$517,2 milhões no exercício encerrado em 2012 para R\$556,9 milhões no exercício social encerrado em 2013, decorrente, principalmente, de:
- Crescimento da receita líquida no mercado doméstico de reposição, equivalente a R\$27,4 milhões, o que representou 69,0% do aumento mencionado acima, impulsionado pelo aumento no volume de vendas, em virtude do aumento na participação no mercado brasileiro;
 - Aumento das receitas de exportação principalmente em razão da desvalorização de 12,9 % do real em relação ao Dólar norte americano entre os dois períodos, o que aumentou os valores efetivamente recebidos em Reais, na medida em que os preços para exportações são fixados em Dólar; e
 - Aumento do volume de vendas da Freios Controil Ltda., subsidiária da Companhia, equivalente a R\$3,4 milhões, o que representou 8,6% do aumento mencionado acima. O crescimento apresentado se deve principalmente a conquista de novos clientes e ganhos em *market share*.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

A tabela abaixo indica a composição dos custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	variação 2013 x 2012

	Valor	Percentual Participação	Valor	Percentual Participação	Varição em R\$	Varição Percentual
	Em R\$ mil exceto percentuais					
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(522.053)	100,00%	(494.410)	100,00%	(27.643)	5,59%
Montadoras	(134.159)	25,70%	(124.492)	25,18%	(9.667)	7,77%
Reposição	(387.895)	74,30%	(369.918)	74,82%	(17.977)	4,86%

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram um aumento de R\$27,6 milhões, ou 5,59%, nos períodos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é observado que: (a) no segmento de montadoras, houve aumento de R\$9,7 milhões, ou 7,77% que representou 35,0% do aumento total dos custos com produtos vendidos e serviços prestados; (b) no segmento de reposição, houve um aumento de R\$18,0 milhões, ou 4,86 % que representou 65,0% do aumento total dos custos com produtos vendidos e serviços prestados.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas com vendas apresentaram uma redução de R\$5,0 milhões, devido principalmente à otimização e redução de despesas associadas à embalagem e expedição de nossos produtos. Isso foi parcialmente compensado pelo aumento nas despesas com eventos comerciais. E unidaes controladas como Controil.

As despesas administrativas e gerais apresentaram um aumento de R\$3,7 milhões, devido a assessorias externas como informática, fiscal, jurídica e tributária.

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas, variaram de uma receita operacional líquida de R\$3,6 milhões em 2012, para uma despesa operacional líquida de R\$-7,3 milhões em 2013, principalmente, em razão do reconhecimento de um ganho de R\$7,1 milhões em 2012 por conta do efeito contábil do deságio oriundo da aquisição da Freios Controil Ltda.

Participação dos administradores nos lucros

A despesa de participação dos administradores nos lucros sofreu aumento de R\$1,0 milhão, ou 185,2%, passando de R\$0,5 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$1,6 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Este aumento ocorreu em função da variação dos lucros da Companhia e outras empresas que compõem o cálculo.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram R\$46,1 milhões, ou 82,00%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, quando totalizaram R\$102,4 milhões, comparado a R\$56,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento decorreu principalmente da variação cambial (valorização de 12,9% do Dólar frente ao Real) que aumentou o custo da dívida contratada em Dólar norte americano. A tabela abaixo contempla a segregação das despesas financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2013	2012	Variação 2013 x 2012	
	Valor	Valor	Varição em R\$	Varição Percentual
	Em R\$ mil exceto percentuais			
Despesas financeiras	102.435	56.286	46.149	81,99%
Varição cambial	64.554	26.540	38.014	143,23%
Juros sobre financiamentos	14.929	21.699	(6.770)	(31,20)%
Perdas com outras operações de derivativos	6.872	41	6.831	16.661%
Ajuste a valor presente	1.774	1.340	434	32,39%

Varição Monetária	1.615	3.573	(1.958)	(54,80)%
Despesas bancárias	1.014	2.203	(1.189)	(53,97)%
Outras despesas financeiras	11.677	890	10.787	1.212%

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram R\$47,8 milhões, ou 128,40%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, quando totalizaram R\$85,1 milhões, comparado a R\$37,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. A tabela abaixo contempla a segregação das receitas financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2013	2012	variação 2013 x 2012	
	Valor	Valor	Varição em R\$	Varição Percentual
	Em R\$ mil exceto percentuais			
Receitas financeiras	85.089	37.254	47.835	128,40%
Varição cambial	65.599	11.380	54.219	476,44%
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	9.464	16.349	(6.885)	(42,11)%
Ganhos com outras operações de derivativos	2.358	(119)	2.477	2.082)%
Ajuste a valor presente	6.082	6.340	(258)	(4,07)%
Outras receitas financeiras	1.586	3.304	(1.718)	(52,00)%

Esse aumento decorreu principalmente (i) dos efeitos positivos sobre os ativos denominados em Dólar norte americano, decorrentes da desvalorização de 12,9% do Real frente Dólar norte americano, correspondentes a um aumento na receita financeira com variação cambial de R\$47,8 milhões; e (ii) dos ganhos com operações NDF/*hedge* correspondentes a R\$2,5 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados por uma redução de R\$6,9 milhões nos juros sobre rendimentos de aplicações financeiras em razão de uma redução nessas aplicações.

A despesa financeira líquida apresentou uma redução de R\$1,7 milhão, ou 8,86%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, quando totalizaram uma despesa financeira líquida de R\$17,3 milhões, comparado a uma despesa financeira líquida de R\$19,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social apresentou aumento de R\$3,6 milhões, ou 55,78%, passando de R\$6,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$9,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. O aumento das despesas com imposto de renda e contribuição social ocorreu em função do aumento do lucro antes dos impostos sobre o lucro oriundos da melhora do desempenho operacional, que passou de R\$31,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$50,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Lucro líquido do período

Em razão dos fatores acima elencados, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$40,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a um lucro líquido de R\$25,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de R\$15,0 milhões, ou 60,05%.

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados consolidados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2012		2011		Varição 2012 x 2011
	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	%
Receita operacional líquida	662.758	100,00%	545.585	100,00%	21,48%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(494.410)	74,60%	(406.666)	74,54%	21,58%
Lucro bruto	168.348	25,40%	138.919	25,46%	21,18%
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	(76.253)	11,51%	(58.511)	10,72%	30,32%
Administrativas e gerais	(41.911)	6,32%	(28.995)	5,31%	44,55%
Honorários da administração	(2.786)	0,42%	(2.717)	0,50%	2,54%
Outras despesas operacionais	(6.246)	0,94%	(10.646)	1,95%	(41,33)%
Outras receitas operacionais	9.874	1,49%	4.731	0,87%	108,71%
Lucro antes das receitas e despesas financeiras, dos impostos sobre o lucro e participação dos administradores nos lucros	51.026	7,70%	42.781	7,84%	19,27%
Despesas financeiras	(56.286)	8,49%	(44.408)	8,14%	26,75%
Receitas financeiras	37.254	5,62%	59.095	10,83%	(36,96)%
Lucro antes dos impostos sobre o lucro e participação dos administradores nos lucros	31.994	4,83%	57.468	10,53%	(44,33)%
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	(6.388)	0,96%	(11.499)	2,11%	(44,45)%
Participação dos administradores nos lucros	(547)	0,08%	(1.723)	0,32%	(68,25)%
Lucro líquido do exercício	25.059	3,78%	44.246	8,11%	(43,36)%

Receita operacional líquida

A tabela abaixo indica a composição da receita operacional líquida, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2012		2011		Variação 2012 x 2011	
	Valor	Percentual Participação	Valor	Percentual Participação	Varição em R\$	Varição Percentual
	Em R\$ mil exceto percentuais					
Receita operacional líquida	662.758	100,00%	545.585	100,00%	117.173	21,48%
Montadoras	145.564	21,96%	148.357	27,19%	(2.793)	(1,88)%
Reposição	517.194	78,04%	397.228	72,81%	119.966	30,20%

Conforme o quadro acima, a receita operacional líquida apresentou um aumento de R\$117,2 milhões, ou 21,48%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, quando totalizou R\$662,8 milhões, comparado a R\$545,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Essa variação é explicada pela evolução da receita operacional líquida em cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

- (i) Montadoras: houve pequena redução de R\$2,8 milhões, ou 1,88%, na receita operacional líquida oriunda de montadoras, passando de R\$148,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$145,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, decorrente, principalmente:
- Redução no volume de vendas no Brasil, resultante da retração da indústria automobilística, que em 2012 obteve oscilação negativa de 1,9% na quantidade total de veículos produzidos em relação a 2011, causada principalmente pela nova lei de emissão para motores em veículos comerciais (EURO V) em janeiro de 2012, que proporcionou um movimento de antecipação de compras por parte das montadoras em 2011, e, conseqüentemente, uma redução posterior das vendas em 2012 para esses clientes em função do aumento do seus estoques; e
 - Descontinuidade de alguns projetos, tais como fornecimento de referências de pastilhas de freios para veículos de passeio. Em 2011, as vendas de pastilhas atingiram 7,8 milhões de

peças vendidas comparado a 5,6 milhões de peças vendidas em 2012, antes da descontinuação destes projetos.

- (ii) Reposição: houve aumento expressivo de R\$120,0 milhões, ou 30,20%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$397,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, para R\$517,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, decorrente, principalmente, de:
- Incremento das receitas decorrentes da aquisição da Freios Control Ltd., no montante de R\$43,8 milhões, ou 36,4% do referido aumento;
 - Desvalorização de 14,4% do Real em relação ao Dólar norte americano entre os dois períodos, proporcionando maior receita nas exportações, uma vez que nossa receita com exportação é principalmente auferida em Dólar e, convertida em Reais, fazendo com que a desvalorização do Real aumente nossa receita contabilizada em Real; e
 - Aumento das receitas no mercado externo com as unidades controladas (sem significativas mudanças de preço), decorrente do aumento no volume de vendas, principalmente na Argentina, México e norte da África.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

A tabela abaixo indica a composição dos custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2012		2011		variação 2012 x 2011	
	Valor	Percentual Participação	Valor	Percentual Participação	Variação em R\$	Variação Percentual
	Em R\$ mil exceto percentuais					
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(494.410)	100,00%	(406.666)	100,00%	(87.744)	21,58%
Montadoras	(130.797)	26,46%	(106.527)	26,20%	(24.270)	22,78%
Reposição	(363.613)	73,54%	(300.139)	73,80%	(63.474)	21,15%

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram aumento de R\$87,7 milhões, ou 21,58%, quando comparados os períodos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011. No segmento de Reposição, tal aumento se deu em função do aumento do volume de vendas discutido acima. No segmento de Montadoras o aumento decorreu principalmente do aumento no custo de matérias primas (principalmente aço), o qual a Companhia não foi capaz de repassar imediatamente aos seus clientes neste segmento.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas com vendas apresentaram aumento de R\$17,7 milhões, devido a (i) despesas variáveis de vendas (tais como fretes, despachos aduaneiros e comissões de vendas) e (ii) aumento da provisão para devedores duvidosos.

As despesas administrativas e gerais apresentaram aumento de R\$12,9 milhões, devido a despesa com assessoria externa e despesas adicionais após migração ao novo sistema de tecnologia da informação adotado pela Companhia – ERP (SAP).

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas variaram de uma despesa operacional líquida de R\$5,9 milhões em 2011 para uma receita operacional líquida de R\$3,6 milhões em 2012, principalmente em decorrência de: (i) um aumento no item de outras receitas operacionais de R\$5,1 milhões, principalmente,

devido ao reconhecimento de um ganho de R\$7,1 milhões decorrente do deságio referente à aquisição da Freios Controil Ltda. registrado em 2012, sem correspondente em 2011, e (ii) por uma redução de R\$4,4 milhões no item de outras despesas operacionais devido, principalmente, à redução dos honorários com serviços externos.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram R\$11,9 milhões, ou 26,75%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, quando totalizaram R\$56,3 milhões, comparado a R\$44,4 milhões exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu principalmente (i) da captação de novos recursos (responsável principalmente pelo aumento de R\$9,1 milhões nos juros sobre financiamentos); e (ii) do aumento de R\$3,3 milhões na despesa com variação cambial decorrente da desvalorização de 14,4% do Real em relação ao Dólar norte americano, que aumentou o custo da nossa dívida denominada em Dólar norte-americano. A tabela abaixo contempla a segregação das despesas financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2012	2011	Variação 2012 x 2011	
	Valor	Valor	Variação em R\$	Variação Percentual
		Em R\$ mil exceto percentuais		
Despesas financeiras	56.286	44.408	11.878	26,75%
Variação cambial	26.540	23.215	3.325	14,32%
Juros sobre financiamentos	21.699	12.632	9.067	71,78%
Perdas com outras operações de derivativos	41	1.532	(1.491)	(97,32)%
Ajuste a valor presente	1.340	3.443	(2.103)	(61,08)%
Variação Monetária	3.573	1.287	2.286	177,62%
Despesas bancárias	2.203	1.377	826	59,99%
Outras despesas financeiras	890	922	(32)	(3,47)%

Receitas financeiras

As receitas financeiras reduziram em R\$21,8 milhões, ou 36,96%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, quando totalizaram R\$37,3 milhões, comparado a R\$59,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Essa redução decorreu principalmente a (i) resgate das posições de algumas aplicações financeiras; e (ii) redução dos ganhos com variação cambial em virtude da redução do saldo médio de contas a receber em moedas estrangeiras, parcialmente compensado pela desvalorização de 14,4% do Real em relação ao Dólar norte-americano. A tabela abaixo contempla a segregação das receitas financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2012	2011	variação 2012 x 2011	
	Valor	Valor	Variação em R\$	Variação Percentual
		Em R\$ mil exceto percentuais		
Receitas financeiras	37.254	59.095	(21.841)	(36,96)%
Variação cambial	11.380	23.619	(12.239)	(51,82)%
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	16.349	23.239	(6.890)	(29,65)%
Ganhos com outras operações de derivativos	(119)	97	(216)	(222,68)%
Ajuste a valor presente	6.340	9.498	(3.158)	(33,25)%
Outras receitas financeiras	3.304	2.642	662	25,06%

A despesa financeira líquida variou R\$33,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, quando totalizaram uma despesa financeira líquida de R\$19,0 milhões, comparado a uma receita financeira líquida de R\$14,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social apresentaram redução de R\$5,1 milhões, ou 44,45%, passando de R\$11,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$6,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. A redução das despesas com imposto de renda e contribuição social ocorreu em função da redução da base de lucro antes do imposto de renda.

Participação dos administradores nos lucros

O montante de despesa de participação dos administradores nos lucros, sofreu redução de R\$1,2 milhão, ou 68,25%, passando de R\$1,7 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$0,5 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Esta redução ocorreu em função da variação dos lucros da Companhia e outras empresas que copõem o cálculo entre os períodos.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores elencados acima, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$25,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparado ao lucro líquido de R\$44,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando redução de R\$19,1 milhões, ou 43,36%.

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados consolidados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011		2010		Varição 2011 x 2010
	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	%
Receita Operacional Líquida	545.585	100%	509.507	100%	7,08%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(406.666)	74,54%	(358.398)	70,34%	13,47%
Lucro bruto	138.919	25,46%	151.109	29,66%	(8,07)%
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	(58.511)	10,72%	(52.208)	10,25%	12,07%
Administrativas e gerais	(28.995)	5,31%	(28.201)	5,53%	2,82%
Honorários da administração	(2.717)	0,50%	(3.192)	0,63%	(14,88)%
Outras (despesas) receitas operacionais	(5.915)	1,08%	(11.399)	2,24%	(48,11)%
Lucro antes das receitas e despesas financeiras, dos impostos sobre o lucro e participação dos administradores nos lucros	42.781	7,84%	56.109	11,01%	(23,75)%
Despesas financeiras	(44.408)	8,14%	(36.599)	7,18%	21,34%
Receitas financeiras	59.095	10,83%	43.309	8,50%	36,45%
Lucro antes dos impostos sobre o lucro e participação dos administradores nos lucros	57.468	10,53%	62.819	12,33%	(8,52)%
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	(11.499)	2,11%	(12.680)	2,49%	(9,31)%
Participação dos administradores nos lucros	(1.723)	0,32%	(1.572)	0,31%	9,61%
Lucro líquido do exercício	44.246	8,11%	48.567	9,53%	(8,90)%

Receita operacional líquida

A tabela abaixo indica a composição da receita operacional líquida, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2011		2010		variação 2011 x 2010	
	Valor	Percentual Participação	Valor	Percentual Participação	Varição em R\$	Varição Percentual
	Em R\$ mil exceto percentuais					
Receita operacional líquida	545.585	100,00%	509.507	100,00%	36.078	7,08%

Montadoras	148.357	27,19%	144.288	28,32%	4.069	2,82%
Reposição	397.228	72,81%	365.219	71,68%	32.009	8,76%

Conforme o quadro acima, a receita operacional líquida apresentou aumento de R\$36,1 milhões, ou 7,08%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando totalizou R\$545,6 milhões, comparada a R\$509,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação é explicada pela evolução da receita operacional líquida em cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

- (i) Montadoras: houve aumento de R\$4,1 milhões, ou 2,82%, na receita operacional líquida do segmento de montadoras, passando de R\$144,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$148,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, decorrente, principalmente, do aumento no volume de vendas no mercado externo, principalmente nos Estados Unidos da América, impulsionado pela retomada dos negócios com montadoras na região após um período de lenta recuperação do mercado no período pós-crise.
- (ii) Reposição: houve aumento de R\$32,0 milhões, ou 8,76%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$365,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$397,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, decorrente, principalmente, do aumento no volume de vendas no mercado interno e externo (sem mudanças significativas de preço) impulsionado pelo(a):
- Aquecimento no mercado doméstico de reposição impulsionado pela prospecção econômica no ambiente nacional; e
 - Expansão deste segmento no mercado no exterior, principalmente na Argentina, México e norte da África.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

A tabela abaixo indica a composição dos custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2011		2010		variação 2011 x 2010	
	Valor	Percentual Participação	Valor	Percentual Participação	Variação em R\$	Variação Percentual
	Em R\$ mil exceto percentuais					
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(406.666)	100,00%	(358.398)	100,00%	(48.268)	13,47%
Montadoras	(106.527)	26,20%	(109.218)	30,47%	2.691	(2,46)%
Reposição	(300.139)	73,80%	(249.180)	69,53%	(50.959)	20,45%

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram um aumento de R\$48,3 milhões, ou 13,47%, quando comparados os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, observado que: (a) no segmento de montadoras, houve uma leve redução de R\$2,7 milhões, ou 2,46%; e (b) no segmento de reposição, houve um aumento de R\$51,0 milhões, ou 20,45%. O aumento nos custos dos produtos vendidos e serviços prestados foi causado principalmente por elevações nos custos de produção, decorridos principalmente de aumentos (i) nos volumes de venda correspondentes a R\$21,8 milhões, (ii) do preço da matéria prima em 6,25%, (iii) nos custos com energia em 6,36% e (iii) dos gastos de fabricação e despesas com pessoal em razão de dissídio coletivo, que representaram R\$18,9 milhões.

Despesas operacionais

Houve aumento nas despesas com vendas de R\$6,3 milhões, devido principalmente a maior necessidade de despesas variáveis como frete, comissões e despesas com exportação gerada pelo aumento no volume de vendas, principalmente exportações. Este aumento foi compensado pela redução de R\$5,5 milhões da linha de outras despesas operacionais líquidas, devido à baixa de valores provisionados.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram R\$7,8 milhões, ou 21,34%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando totalizaram R\$44,4 milhões, comparado a R\$36,6 milhões exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu principalmente do (i) aumento da dívida bruta em razão da contratação de novos empréstimos e financiamentos, o que acarretou aumento nos juros sobre financiamentos; e do (ii) aumento das despesas com variação cambial, decorrente do aumento da dívida atrelada ao Dólar norte americano, bem como em razão da valorização de 12,4% do Dólar norte-americano em relação ao Real, que aumentou o custo da dívida denominada em Dólar norte-americano. A tabela abaixo contempla a composição das despesas financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2011	2010	variação 2011 x 2010	
	Valor	Valor	Variação em R\$	Variação Percentual
		Em R\$ mil exceto percentuais		
Despesas financeiras	44.408	36.599	7.809	21,34%
Variação cambial	23.215	16.708	6.507	38,95%
Juros sobre financiamentos	12.632	9.817	2.815	28,67%
Perdas com outras operações de derivativos	1.532	1.436	96	6,69%
Ajuste a valor presente	3.443	3.000	443	14,77%
Outras despesas financeiras	3.586	5.638	(2.052)	(36,40)%

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram em R\$15,8 milhões, ou 36,45%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando totalizaram R\$59,1 milhões, comparado a R\$43,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu principalmente (i) do aumento nas aplicações financeiras, gerando aumento nos juros sobre rendimentos de aplicações financeiras; e (ii) do impacto da desvalorização de 12,4% do real em relação ao Dólar norte americano sobre os ativos em Dólar norte americano detidos pela Companhia. A tabela abaixo contempla a composição das receitas financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2011	2010	variação 2011 x 2010	
	Valor	Valor	Variação em R\$	Variação Percentual
		Em R\$ mil exceto percentuais		
Receitas financeiras	59.095	43.309	15.786	36,45%
Variação cambial	23.619	14.804	8.815	59,54%
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	23.239	18.785	4.454	23,71%
Ganhos com outras operações de derivativos	97	2.161	(2.064)	(95,51)%
Ajuste a valor presente	9.498	6.959	2.539	36,49%
Outras receitas financeiras	2.642	600	2.042	340,33%

A receita financeira líquida aumentou R\$8,0 milhões, ou 118,88%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando totalizou R\$14,7 milhões, comparado a R\$6,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social apresentou redução de R\$1,2 milhão, ou 9,31%, passando de R\$12,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$11,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. A redução das despesas com imposto de renda e contribuição social ocorreu em função da redução do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.

Participação dos administradores nos lucros

A despesa de participação dos administradores nos lucros, sofreu aumento de R\$0,1 milhão, ou 9,61%, passando de R\$1,6 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$1,7 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Este aumento se deu, em função da atualização dos valores com base em valores praticados pelo mercado.

Lucro líquido do período

Em razão dos fatores elencados acima, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$44,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado ao lucro líquido de R\$48,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando redução de R\$4,4 milhões, ou 8,90%.

A Companhia apresenta a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre sua situação patrimonial e financeira da Companhia, com base nas suas demonstrações financeiras

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 comparado a 31 de dezembro de 2012.

	Em 31 de dezembro de				
	2013		2012		Varição
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	2013 x 2012
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	166.039	17,77%	79.308	8,84%	109,36%
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	70.298	7,52%	146.640	16,34%	-52,06%
Clientes	98.294	10,52%	103.915	11,58%	-5,41%
Estoques	141.535	15,15%	123.857	13,80%	14,27%
Impostos e contribuições a recuperar	18.922	2,03%	16.746	1,87%	12,99%
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	259	0,03%	N/A
Outros ativos circulantes	7.421	0,79%	8.129	0,91%	-8,71%
Total do ativo circulante	502.509	53,79%	478.854	53,36%	4,94%
Não circulante					
Impostos e contribuições a recuperar	15.369	1,65%	9.699	1,08%	58,46%
Depósitos judiciais	13.661	1,46%	13.441	1,50%	1,64%
Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários	201	0,02%	245	0,03%	-17,96%
Impostos sobre o lucro diferidos	7.900	0,85%	5.211	0,58%	51,60%
Partes relacionadas	4	0,00%	-	-	N/A
Outros ativos não circulantes	209	0,02%	117	0,01%	78,63%
Investimentos	891	0,10%	80	0,01%	1013,75%
Imobilizado	375.959	40,24%	370.151	41,25%	1,57%
Intangível	17.493	1,87%	19.544	2,18%	-10,49%
Total do ativo não circulante	431.687	46,21%	418.488	46,64%	3,15%
Total do ativo	934.196	100,00%	897.342	100,00%	4,11%

¹ Em relação ao total do ativo.

	Em 31 de dezembro de				
	2013		2012		Varição
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	2013 x 2012
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	74.622	7,99%	193.069	21,52%	-61,35%
Fornecedores	45.513	4,87%	34.938	3,89%	30,27%

Instrumentos financeiros derivativos	947	0,10%	225	0,03%	320,89%
Impostos e contribuições	13.074	1,40%	12.791	1,43%	2,21%
Salários e encargos	13.589	1,45%	14.596	1,63%	-6,90%
Adiantamentos de clientes	4.540	0,49%	4.895	0,55%	-7,25%
Dividendos a pagar	5	0,00%	135	0,02%	-96,30%
Juros sobre capital próprio	5.643	0,60%	3.669	0,41%	53,80%
Participações dos empregados e administradores	6.075	0,65%	3.188	0,36%	90,56%
Comissões	1.246	0,13%	590	0,07%	111,19%
Outros passivos circulantes	9.274	0,99%	8.481	0,95%	9,35%
Total do passivo circulante	174.528	18,68%	276.577	30,82%	-36,90%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	334.104	35,76%	216.786	24,16%	54,12%
Impostos sobre o lucro diferidos	15.043	1,61%	16.896	1,88%	-10,97%
Provisão para litígios	4.977	0,53%	9.302	1,04%	-46,50%
Outros passivos não circulantes	9.696	1,04%	8.801	0,98%	10,17%
Total do passivo não circulante	363.820	38,94%	251.785	28,06%	44,50%
Patrimônio líquido					
Capital social	170.000	18,20%	170.000	18,94%	0,00%
Reserva de lucros	175.759	18,81%	148.024	16,50%	18,74%
Outros resultados abrangentes	49.184	5,26%	50.009	5,57%	-1,65%
Total da participação dos controladores	394.943	42,28%	368.033	41,01%	7,31%
Participação dos acionistas não controladores	905	0,10%	947	0,11%	-4,44%
Total do patrimônio líquido	395.848	42,37%	368.980	41,12%	7,28%
Total do passivo e patrimônio líquido	934.196	142,28%	897.342	100,00%	4,11%

¹ Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido.

Ativo

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentou aumento de R\$86,7 milhões, ou 109,4%, correspondendo a R\$166,0 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$79,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, em razão da reclassificação de contas entre aplicações financeiras de liquidez não imediata para caixa e equivalentes.

Aplicações financeiras de liquidez não imediata

A rubrica aplicações financeiras de liquidez não imediata apresentou redução de R\$76,3 milhões, ou 52,1, correspondendo a R\$70,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$146,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, em função da reclassificação de contas entre aplicações financeiras de liquidez não imediata para caixa e equivalentes.

Clientes

A rubrica clientes apresentou redução de R\$5,6 milhões, ou 5,41%, correspondendo a R\$98,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$103,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, em função da redução das vendas de exportação.

Estoques

A rubrica estoques apresentou aumento de R\$17,7 milhões, ou 14,27%, correspondendo a R\$141,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$123,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, em função, principalmente, dos efeitos da variação cambial sobre os itens avaliados em Dólar norte americano e antecipação da produção para janeiro de 2014.

Impostos e contribuições a recuperar

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$2,2 milhões, ou 13,00%, correspondendo a R\$18,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$16,7 milhões em 31 de

dezembro de 2012, em função principalmente, da morosidade do governo argentino para liberar as comprovações aduaneiras nos processos de importação da subsidiária Fras-le Argentina.

Ativo não circulante

Impostos e contribuições a recuperar

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$5,7 milhões, ou 58,46%, correspondendo a R\$15,4 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$9,7 milhões em 31 de dezembro de 2012, em função do saldo composto por créditos de imposto sobre o valor adicionado a recuperar da Fras-le Argentina e dos créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Impostos sobre o lucro diferidos

A rubrica impostos sobre o lucro diferidos apresentou aumento de R\$2,7 milhões, ou 51,60%, correspondendo a R\$7,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$5,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, em função principalmente dos prejuízos fiscais a compensar em unidades controladas, principalmente nas controladas Freios Controil Ltda. e Fras-le North America.

Imobilizado

A rubrica imobilizada apresentou aumento de R\$5,8 milhões, ou 1,57%, correspondendo a R\$375,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$370,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, em função dos investimentos realizados na manutenção dos ativos serem maiores que o nível de depreciação do período.

Intangível

A rubrica intangível apresentou redução de R\$2,1 milhão, ou 10,49%, correspondendo a R\$17,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$19,5 milhões em 31 de dezembro de 2012, em função da amortização de *softwares*, mais especificamente o sistema ERP (SAP).

Passivo

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentaram redução de R\$118,4 milhões, ou 61,35%, correspondendo a R\$74,6 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$193,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, principalmente em função da alteração no perfil da dívida entre curto prazo e longo prazo.

Fornecedores

Os passivos relativos a fornecedores apresentaram aumento de R\$10,6 milhões, ou 30,27%, correspondendo a R\$45,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$34,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, em função do aumento nos prazos de pagamentos negociados com o objetivo de reduzir a necessidade de capital de giro da Companhia.

Impostos e contribuições

A conta de impostos e contribuições apresentou aumento de R\$0,3 milhões, ou 2,21%, correspondendo a R\$13,1 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$12,8 milhões em 31 de dezembro de 2012, em função da evolução do lucro tributável entre os dois períodos.

Salários e encargos

A conta de salários e encargos apresentou redução de R\$1,0 milhões, ou 6,90%, correspondendo a R\$13,6 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$14,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, em função da diferença dos períodos de férias.

Participações dos empregados e administradores

A conta de participações dos empregados e administradores apresentou aumento de R\$2,9 milhão, ou 90,6%, correspondendo a R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$3,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, principalmente em função do aumento nos lucros da Companhia no período.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentaram aumento de R\$117,3 milhões, ou 54,12%, correspondendo a R\$334,1 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$216,8 milhões em 31 de dezembro de 2012, principalmente em função da alteração no perfil da dívida entre curto prazo e longo prazo

Impostos sobre o lucro diferidos

O saldo de imposto sobre o lucro diferidos apresentou redução de R\$1,8 milhões, ou 10,97%, correspondendo a R\$15,0 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$16,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, sobretudo em função da evolução dos resultados das controladas.

Provisão para litígios

As provisões para litígios apresentaram redução de R\$4,3 milhões, ou 46,5%, correspondendo a R\$5,0 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$9,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, principalmente em função da reavaliação das perdas estimadas provisionadas no passivo não circulante referente a processos judiciais e administrativos, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para os casos em que a perda é considerada provável.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido apresentou aumento de R\$26,9 milhões, ou 7,3%, correspondendo a R\$395,8 milhões em 31 de dezembro de 2013, em comparação a R\$369,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, sendo esta variação decorrente principalmente dos resultados auferidos no período.

Demais contas patrimoniais

As demais contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação de seus saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 comparado a 31 de dezembro de 2011.

	Em 31 de dezembro de				
	2012		2011		Variação
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	2012 x 2011
Ativo					%
Circulante					

Caixa e equivalentes de caixa	79.308	8,84%	128.498	16,47%	-38,28%
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	146.640	16,34%	120.170	15,40%	22,03%
Clientes	103.915	11,58%	83.970	10,76%	23,75%
Estoques	123.857	13,80%	110.053	14,10%	12,54%
Impostos e contribuições a recuperar	10.904	1,22%	16.961	2,17%	-35,71%
Instrumentos financeiros derivativos	259	0,03%	0	0,00%	N/A
Outros ativos circulantes	13.971	1,56%	3.758	0,48%	271,77%
Total do ativo circulante	478.854	53,36%	463.410	59,39%	3,33%
Não circulante					
Impostos e contribuições a recuperar	9.699	1,08%	3.843	0,49%	152,38%
Depósitos judiciais	13.441	1,50%	6.051	0,78%	122,13%
Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários	245	0,03%	1.140	0,15%	-78,51%
Impostos sobre o lucro diferidos	5.211	0,58%	3.105	0,40%	67,83%
Outros ativos não circulantes	117	0,01%	242	0,03%	-51,65%
Investimentos	80	0,01%	80	0,01%	0,00%
Imobilizado	370.151	41,25%	285.019	36,53%	29,87%
Intangível	19.544	2,18%	17.393	2,23%	12,37%
Total do ativo não circulante	418.488	46,64%	316.873	40,61%	32,07%
Total do ativo	897.342	100,00%	780.283	100,00%	15,00%

¹ Em relação ao total do ativo.

	Em 31 de dezembro de				
	2012		2011		Varição
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	2012 x 2011
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	193.069	21,52%	114.426	14,66%	68,73%
Fornecedores	34.938	3,89%	29.465	3,78%	18,57%
Instrumentos financeiros derivativos	225	0,03%	3.555	0,46%	-93,67%
Impostos e contribuições	12.791	1,43%	9.965	1,28%	28,36%
Salários e encargos	14.596	1,63%	15.527	1,99%	-6,00%
Adiantamentos de clientes	4.895	0,55%	1.200	0,15%	307,92%
Dividendos a pagar	135	0,02%	4	0,00%	3275,00%
Juros sobre capital próprio	3.669	0,41%	7.475	0,96%	-50,92%
Participações dos empregados e administradores	3.188	0,36%	5.519	0,71%	-42,24%
Comissões	590	0,07%	895	0,11%	-34,08%
Outros passivos circulantes	8.481	0,95%	9.701	1,24%	-12,58%
Total do passivo circulante	276.577	30,82%	197.732	25,34%	39,87%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	216.786	24,16%	207.202	26,55%	4,63%
Impostos sobre o lucro diferidos	16.896	1,88%	16.520	2,12%	2,28%
Provisão para litígios	9.302	1,04%	5.786	0,74%	60,77%
Outros passivos não circulantes	8.801	0,98%	2.139	0,27%	311,45%
Total do passivo não circulante	251.785	28,06%	231.647	29,69%	8,69%
Patrimônio líquido					
Capital social	170.000	18,94%	170.000	21,79%	0,00%
Reserva de lucros	148.024	16,50%	130.589	16,74%	13,35%
Outros resultados abrangentes	50.009	5,57%	49.629	6,36%	0,77%
Total da participação dos controladores	368.033	41,01%	350.218	44,88%	5,09%
Participação dos acionistas não controladores	947	0,11%	686	0,09%	38,05%
Total do patrimônio líquido	368.980	41,12%	350.904	44,97%	5,15%
Total do passivo e patrimônio líquido	897.342	100,00%	780.283	100,00%	15,00%

¹ Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido.

Ativo

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentou redução de R\$49,2 milhões, ou 38,28%, correspondendo a R\$79,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$128,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função da opção por manter maiores níveis de recursos em aplicação financeira, além de destinar recursos para investimentos e amortizações de empréstimos.

Aplicações financeiras de liquidez não imediata

A rubrica aplicações financeiras de liquidez não imediata apresentou aumento de R\$26,5 milhões, ou 22,03%, correspondendo a R\$146,6 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$120,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, em razão da em função de maiores recursos destinados para aplicações financeiras.

Clientes

A rubrica clientes apresentou aumento de R\$19,9 milhões, ou 23,75%, correspondendo a R\$103,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$84,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função da evolução do faturamento da Companhia e aquisição da Freios Controil Ltda.

Estoques

A rubrica estoques apresentou aumento de R\$13,8 milhões, ou 12,54%, correspondendo a R\$123,9 milhões em

31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$110,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função do início da produção de lonas de freios para veículos comerciais pela unidade industrial situada nos Estados Unidos, o que demandou maiores volumes de matéria-prima, além do acréscimo do estoque da adquirida Freios Controil Ltda., equivalentes a R\$16,7 milhões e compensado principalmente pela redução de R\$3,4 milhões na controladora.

Impostos e contribuições a recuperar

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou uma redução de R\$6,1 milhões, ou 35,71%, correspondendo a R\$10,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$17,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, em razão da migração para a rubrica de impostos e contribuições a recuperar registrada no ativo não circulante.

Outros ativos circulantes

A rubrica outros ativos circulantes, composta principalmente por contas correntes e créditos diversos, apresentou aumento de R\$10,2 milhões, ou 271,77%, correspondendo a R\$14,0 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2011, principalmente em razão da implementação da nova linha de produção de lonas de freio para veículos comerciais.

Ativo não circulante

Impostos e contribuições a recuperar

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$5,9 milhões, ou 152,38%, correspondendo a R\$9,7 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função da reclassificação de valores do circulante para não circulante.

Depósitos judiciais

A rubrica depósitos judiciais apresentou aumento de R\$7,3 milhões, ou 122,13%, correspondendo a R\$13,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função de depósito judicial realizado no âmbito dos embargos à execução fiscal nº RF12/4341.

Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A rubrica referente ao Plano de pensão Randonprev, apresentou redução de R\$0,9 milhão, ou 78,51%, correspondendo a R\$0,2 milhão em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$1,1 milhão em 31 de dezembro de 2011, em função da obrigação com benefício definido e ajuste do valor justo dos ativos do plano.

Impostos sobre o lucro diferidos

A rubrica impostos sobre o lucro diferidos apresentou aumento R\$2,1 milhões, ou 67,83%, correspondendo a R\$5,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$3,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função dos prejuízos fiscais a compensar em unidades controladas, especificamente na Freios Controil Ltda. e Fras-le North America.

Imobilizado

A rubrica imobilizado apresentou aumento de R\$85,1 milhões, ou 29,87%, correspondendo a R\$370,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$285,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função de projetos finalizados no período como nova linha de blocos na unidade localizada no Alabama, nova expedição e aquisição da controlada Freios Controil Ltda.

Intangível

A rubrica intangível apresentou aumento de R\$2,1 milhões, ou 12,37%, correspondendo a R\$19,5 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$17,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função da finalização dos investimento no novo sistema de tecnologia da informação utilizado pela Companhia – ERP (SAP).

Passivo

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentaram aumento de R\$78,7 milhões, ou 68,73%, correspondendo a R\$193,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$114,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, principalmente em função da captação de novos recursos pela Fras-le North America.

Fornecedores

Os passivos relativos a fornecedores apresentaram aumento de R\$5,4 milhões, ou 18,57%, correspondendo a R\$34,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$29,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, principalmente em função da aquisição controlada Freios Controil Ltda.

Instrumentos financeiros derivativos

A conta de instrumentos financeiros derivativos apresentou redução de R\$3,4 milhões, ou 93,67%, correspondendo a R\$0,2 milhão em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$3,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função da expectativa na posição em relação das taxas cambiais futuras frente as posições de *hedge* contratadas.

Impostos e contribuições

A conta de impostos e contribuições apresentou aumento de R\$2,8 milhões, ou 28,36%, correspondendo a R\$12,8 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função do aumento da atividade econômica e aquisição da controlada Freios Controil Ltda.

Salários e encargos

A conta de salários e encargos apresentou redução de R\$0,9 milhão, ou 6,00%, correspondendo a R\$14,6 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$15,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função da diferença dos períodos de férias e desoneração da folha de pagamento em virtude do plano de incentivos fiscais (plano Brasil Maior).

Adiantamento de clientes

A conta de adiantamento de clientes derivativos apresentou aumento de R\$3,7 milhões, ou 307,92%, correspondendo a R\$4,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$1,2 milhão em 31 de dezembro de 2011, em função da variação de pedidos pontuais no fim de cada período.

Juros sobre o capital próprio

A conta de juros sobre capital próprio apresentou redução de R\$3,8 milhões, ou 50,92%, correspondendo a R\$3,7 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$7,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função da redução do lucro auferido no período.

Participações dos empregados e administradores

A conta de participações dos empregados e administradores apresentou redução de R\$2,3 milhões, ou 42,24%, correspondendo a R\$3,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$5,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função da redução do lucro auferido no período.

Comissões

A conta de comissões apresentou redução de R\$0,3 milhão, ou 34,08%, correspondendo a R\$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$0,9 milhão em 31 de dezembro de 2011, em função da diferença de percentuais de comissão e variação do faturamento comissionado no período.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentaram aumento de R\$9,6 milhões, ou 4,63%, correspondendo a R\$216,8 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$207,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função da captação de novos recursos de longo prazo.

Provisão para litígios

As provisões para litígios apresentaram aumento de R\$3,5 milhões, ou 60,77%, correspondendo a R\$9,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$5,8 milhões em 31 de dezembro de 2011, principalmente em função do aumento da perda estimada provisionada no passivo não circulante referente a processos judiciais e administrativos, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para os casos em que a perda é considerada provável.

Outros passivos não circulantes

A conta de outros passivos não circulantes, composta principalmente por contas correntes diversas e outras exigibilidades, apresentou um aumento de R\$6,7 milhões, ou 311,45%, correspondendo a R\$8,8 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função da consolidação dos passivos da controlada adquirida Freios Control Ltd.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido apresentou aumento de R\$18,1 milhões, ou 5,15%, correspondendo a R\$369,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, em comparação a R\$350,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, sendo esta variação decorrente principalmente do lucro obtido no exercício.

Demais contas patrimoniais

As demais contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação de seus saldos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 comparado a 31 de dezembro de 2010.

	Em 31 de dezembro de				
	2011		2010		Varição
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	2011 x 2010
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	128.498	16,47%	226.383	32,97%	(43,24)%
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	120.170	15,40%	-	N/A	N/A
Clientes	83.970	10,76%	68.036	9,91%	23,42%
Estoques	110.053	14,10%	92.930	13,54%	18,43%
Impostos e contribuições a recuperar	16.961	2,17%	14.157	2,06%	19,81%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	414	0,06%	(100,00)%
Outros ativos circulantes	3.758	0,48%	3.202	0,47%	17,36%
Total do ativo circulante	463.410	59,39%	405.122	59,01%	14,39%

Não circulante

Impostos e contribuições a recuperar	3.843	0,49%	2.073	0,30%	85,38%
Depósitos judiciais	6.051	0,78%	7.182	1,05%	(15,75)%
Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários	1.140	0,15%	1.477	0,22%	(22,82)%
Impostos sobre o lucro diferidos	3.105	0,40%	0	0,00%	N/A
Outros ativos não circulantes	242	0,03%	1.198	0,17%	(79,80)%
Investimentos	80	0,01%	257	0,04%	(68,87)%
Imobilizado	285.019	36,53%	260.729	37,98%	9,32%
Intangível	17.393	2,23%	8.504	1,24%	104,53%
Total do ativo não circulante	316.873	40,61%	281.420	40,99%	12,60%
Total do ativo	780.283	100,00%	686.542	100,00%	13,65%

¹ Em relação ao total do ativo.

Em 31 de dezembro de

	2011		2010		Varição 2011 x 2010
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	%
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	114.426	14,66%	116.949	17,03%	(2,16)%
Fornecedores	29.465	3,78%	24.519	3,57%	20,17%
Instrumentos financeiros derivativos	3.555	0,46%	-	0,00%	N/A
Impostos e contribuições	9.965	1,28%	9.733	1,42%	2,38%
Salários e encargos	15.527	1,99%	16.031	2,34%	(3,14)%
Adiantamentos de clientes	1.200	0,15%	91	0,01%	1.218,68%
Dividendos a pagar	4	0,00%	253	0,04%	(98,42)%
Juros sobre capital próprio	7.475	0,96%	6.601	0,96%	13,24%
Participações dos empregados e administradores	5.519	0,71%	5.948	0,87%	(7,21)%
Comissões	895	0,11%	991	0,14%	(9,69)%
Outros passivos circulantes	9.701	1,24%	7.396	1,08%	31,17%
Total do passivo circulante	197.732	25,34%	188.512	27,46%	4,89%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	207.202	26,55%	145.522	21,20%	42,39%
Impostos sobre o lucro diferidos	16.520	2,12%	18.652	2,72%	(11,43)%
Provisão para litígios	5.786	0,74%	6.999	1,02%	(17,33)%
Outros passivos não circulantes	2.139	0,67%	1.800	0,26%	18,83%
Total do passivo não circulante	231.647	29,69%	172.973	25,19%	33,92%
Patrimônio líquido					
Capital social	170.000	21,79%	170.000	24,76%	0,00%
Reserva de lucros	130.589	16,74%	101.513	14,79%	28,64%
Outros resultados abrangentes	49.629	6,36%	53.221	7,75%	(6,75)%
Total da participação dos controladores	350.218	44,88%	324.734	47,30%	7,85%
Participação dos acionistas não controladores	686	0,09%	323	0,05%	112,38%
Total do patrimônio líquido	350.904	44,97%	325.057	47,35%	7,95%
Total do passivo e do patrimônio líquido	780.283	100,00%	686.542	100,00%	13,65%

¹ Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido.

AtivoAtivo circulanteCaixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentaram redução de R\$97,9 milhões, ou 43,24%, correspondendo a R\$128,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$226,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função principalmente dos numerários alocados em aplicações financeiras em 2011.

Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Não haviam saldos alocados na rubrica aplicações financeiras de liquidez não imediata em 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta rubrica era de R\$120,2 milhões.

Clientes

A rubrica clientes apresentou aumento de R\$16,0 milhões, ou 23,42%, correspondendo a R\$84,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$68,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função do

aumento das vendas e dilatação nos prazos médios de recebimento no mercado externo.

Estoques

A rubrica estoques apresentou aumento de R\$17,2 milhões, ou 18,43%, correspondendo a R\$110,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$92,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função da necessidade de disponibilidade de produtos ao mercado, causada pela recuperação dos negócios pós-crise.

Impostos e contribuições a recuperar

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$2,8 milhões, ou 19,81%, correspondendo a R\$17,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$14,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função do início do novo sistema ERP, que antecipou a necessidade de novas compras de materiais.

Instrumentos financeiros derivativos

A conta de instrumentos financeiros derivativos apresentou redução de R\$0,4 milhão, ou a totalidade do saldo em 31 de dezembro de 2010, em função do movimentos financeiros pontuais.

Outros ativos circulantes

A rubrica outros ativos circulantes, composta principalmente por adiantamento de pessoal, apresentou aumento de R\$0,6 milhão, ou 17,36%, correspondendo a R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$3,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função do pagamento de férias aos funcionários.

Ativo não circulante

Impostos e contribuições a recuperar

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$1,7 milhão, ou 85,38%, correspondendo a R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função do início do novo sistema ERP, que antecipou a necessidade de novas compras de materiais.

Depósitos judiciais

A rubrica depósitos judiciais apresentou redução de R\$1,1 milhão, ou 15,75%, correspondendo a R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$7,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função do encerramento de processos judiciais.

Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A rubrica referente ao Plano de pensão Randonprev, apresentou redução de R\$0,4 milhão, ou 22,82%, correspondendo a R\$1,1 milhão em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$1,5 milhão em 31 de dezembro de 2010, em função da reconhecimento imediato de valores contabilizados como outros resultados abrangentes em virtude da alteração na tabela de expectativa de vida.

Impostos sobre o lucro diferidos

A rubrica impostos sobre o lucro diferidos, que se encontrava zerada em 31 de dezembro de 2010, apresentou aumento de R\$3,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função de prejuízos acumulados a recuperar nas controladas, especificamente na Fras-le North América.

Outros ativos não circulantes

A rubrica outros ativos não circulantes, composta principalmente por adiantamentos para as empresas Randon, apresentou redução de R\$1,0 milhão, ou 79,80%, correspondendo a R\$0,2 milhão em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$1,2 milhão em 31 de dezembro de 2010, em função de despesas realizadas pelas Empresas Randon.

Imobilizado

A rubrica imobilizado apresentou aumento de R\$24,3 milhões, ou 9,32%, correspondendo a R\$285,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$260,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função do aumento de capacidade produtiva.

Intangível

A rubrica intangível apresentou aumento de R\$8,9 milhões, ou 104,53%, correspondendo a R\$17,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$8,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função da implantação do novo sistema de tecnologia da informação – ERP (SAP).

Passivo

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentaram redução de R\$2,5 milhões, ou 2,16%, correspondendo a R\$114,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$116,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, principalmente em função da amortização de empréstimos.

Fornecedores

Os passivos relativos a fornecedores apresentaram aumento de R\$5,0 milhões, ou 20,17%, correspondendo a R\$29,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$24,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, principalmente em função do início das operações com o sistema ERP (SAP), que demandou uma antecipação das compras de alguns materiais, e aumento nos volumes de produção.

Instrumentos financeiros derivativos

A conta de instrumentos financeiros derivativos, que se encontrava zerada em 31 de dezembro de 2010, apresentou aumento de R\$3,6 milhões, em função da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

Impostos e contribuições

A conta de impostos e contribuições apresentou aumento de R\$0,2 milhão, ou 2,38%, correspondendo a R\$9,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$9,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, principalmente em função do aumento do faturamento.

Salários e encargos

A conta de salários e encargos apresentou redução de R\$0,5 milhão, ou 3,14%, correspondendo a R\$15,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$16,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, principalmente em função da diferença dos períodos de férias.

Adiantamento de clientes

A conta de adiantamento de clientes apresentou um aumento de R\$1,1 milhão, ou 1.218,68%, correspondendo a R\$1,2 milhão em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$0,1 milhão em 31 de dezembro de 2010, em função do aumento nos volumes de vendas no mercado exterior.

Juros sobre o capital próprio

A conta de juros sobre capital próprio apresentou um aumento de R\$0,9 milhão, ou 13,24%, correspondendo a R\$7,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$6,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função da mudança na política de remuneração e nas datas programadas para pagamento das parcelas.

Participações dos empregados e administradores

A conta de participações dos empregados e administradores apresentou uma redução de R\$0,4 milhão, ou 7,21%, correspondendo a R\$5,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$5,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função da redução no lucro auferido neste exercício.

Comissões

A conta de comissões apresentou redução de R\$0,1 milhão, ou 9,69%, correspondendo a R\$0,9 milhão em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$1,0 milhão em 31 de dezembro de 2010, em função de uma redução pontual no faturamento do mês de dezembro.

Outros passivos circulantes

A conta de outros passivos circulantes apresentou aumento de R\$2,3 milhões, ou 31,17%, correspondendo a R\$9,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$7,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função de despesas oriundas nas unidades no exterior.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentaram aumento de R\$61,7 milhões, ou 42,39%, correspondendo a R\$207,2 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$145,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função da expansão dos negócios da Companhia.

Impostos sobre o lucro diferidos

O saldo de imposto sobre o lucro diferidos apresentou redução de R\$2,2 milhões, ou 11,43%, correspondendo a R\$16,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$18,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função dos prejuízos acumulados a recuperar nas controladas e da realização do ajuste valor atribuído do imobilizado.

Provisão para litígios

As provisões para litígios apresentaram redução de R\$1,2 milhão, ou 17,33%, correspondendo a R\$5,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$7,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, principalmente em função da redução da perda estimada provisionada no passivo não circulante referente a processos judiciais e administrativos, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para os casos em que a perda é considerada provável.

Outros passivos não circulantes

A conta de outros passivos não circulantes, composta principalmente por provisões de desvinculo de funcionários, apresentou aumento de R\$0,3 milhão, ou 18,83%, correspondendo a R\$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 em comparação a R\$1,8 milhão em 31 de dezembro de 2010, em função de despesas não recorrentes.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido apresentou aumento de R\$25,8 milhões, ou 7,95%, correspondendo a R\$350,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, em comparação a R\$325,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, sendo esta variação decorrente principalmente do lucro auferido no período.

Demais contas patrimoniais

As demais contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação de seus saldos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

A Companhia apresenta a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre seu fluxo de caixa, com base nas suas demonstrações financeiras

O fluxo de caixa da Companhia divide-se entre as atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamentos.

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			
	2013	2012	2011	2010
	<i>(em R\$ mil)</i>			
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	196.245	36.002	-66.132	49.709
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-46.401	-82.848	-56.466	-40.262
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades de financiamentos	-63.113	-2.344	24.713	11.622
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período/exercício	86.731	-49.190	-97.885	21.069

Atividades operacionais

O fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais da Companhia foi de R\$196,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a um fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$36,0 milhões no mesmo período de 2012. Essa variação positiva de R\$160,2 milhões ocorreu principalmente em função: (i) aumento do lucro líquido de R\$ 15,3 milhões, (ii) variação sobre empréstimos 21,0 e (iii) redução do consumo de caixa pela variação de ativos e passivos de R\$116,2 milhões.

O fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais da Companhia foi de R\$36,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparado a um fluxo de caixa aplicado de R\$66,1 milhões no mesmo período de 2011. Essa variação de R\$102,1 milhões, ocorreu em função de maiores investimentos de curto prazo efetuados em 2011.

O fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais da Companhia foi de R\$66,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado ao fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$49,7 milhões no mesmo período de 2010. Essa variação negativa de R\$115,8 milhões, ocorreu principalmente em função de maiores investimentos de curto prazo efetuados em 2011.

Atividades de investimentos

O caixa aplicado nas atividades de investimentos da Companhia totalizou R\$46,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, se comparado a R\$82,8 milhões no mesmo período de 2012. Essa redução de R\$36,4 milhões foi resultado, principalmente, menor volume de investimentos realizado no ativo

imobilizado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e ainda no exercício encerrado em 2012 houve a aquisição da Controil.

O caixa aplicado nas atividades de investimentos da Companhia totalizou R\$82,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, se comparado a R\$56,5 milhões no mesmo período de 2011. Essa variação de R\$26,3 milhões foi resultado principalmente da aquisição da controlada Freios Controil Ltda.

O caixa aplicado nas atividades de investimentos da Companhia totalizou R\$56,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, se comparado a R\$40,3 milhões no mesmo período de 2010. Essa variação de R\$16,2 milhões foi resultado, principalmente, dos investimentos realizados no novo sistema de tecnologia da informação – ERP (SAP) e aumento de capacidade produtiva.

Atividades de financiamento

O caixa aplicado nas atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$63,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a um caixa líquido proveniente das atividades de financiamento de R\$2,3 milhões no mesmo período de 2012. Essa variação de R\$60,8 milhões foi resultado do (i) maior volume de amortização de empréstimos, de R\$158,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$194,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, e (ii) a menor necessidade de captação de novos recursos de R\$180,2 milhões em novos empréstimos e financiamentos milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparado a R\$157,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

O caixa aplicado nas atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$2,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparado a um caixa líquido proveniente das atividades de financiamento de R\$24,7 milhões em 2011. Essa variação, de R\$27,0 milhões, foi resultado do maior volume de amortização de empréstimos, de R\$115,0 milhões em 2011 comparado com R\$158,0 milhões em 2012, parcialmente compensado por um aumento na necessidade de captação de novos recursos, de R\$168,4 milhões captados em 2011 comparado a R\$180,2 milhões em 2012.

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$24,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado a R\$11,6 milhões no mesmo período de 2010. Esse aumento, de R\$13,1 milhões, foi resultado principalmente da redução dos pagamentos de empréstimos em comparação ao período anterior, de R\$134,8 milhões amortizados em 2010 comparado a R\$115,0 milhões em 2011, o que foi parcialmente compensado por uma redução de R\$4,0 milhões na captação de novos empréstimos e financiamentos e por um aumento no pagamento de juros de empréstimos e financiamentos de R\$2,3 milhões.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelos pagamentos que recebe dos seus clientes decorrentes de:

- vendas no mercado local de materiais de fricção, os quais são desenvolvidos e fabricados pela Companhia e tem como principais componentes as seguintes matérias-primas: resinas, borrachas, fibras, abrasivos e lubrificantes.
- vendas no mercado externo de materiais de fricção, os quais são desenvolvidos e fabricados pela Companhia e tem como principais componentes as seguintes matérias-primas: resinas, borrachas, fibras, abrasivos e lubrificantes.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, 55,5%, 54,5%, 69,6% e 56,0%, respectivamente, da receita líquida da Companhia decorreram das vendas no mercado doméstico.

	Exercícios sociais encerrados em			
	31 de dezembro de			
	2013	2012	2011	2010
	((em R\$ mil, exceto se de outra forma indicado))			
Receita operacional líquida	717.281	662.758	545.585	509.507
<i>Mercado doméstico</i>	398.124	361.151	379.627	285.115
<i>Mercado externo</i>	319.157	301.607	165.958	224.392

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Companhia é afetado, principalmente, pela demanda por matérias de fricção que, por sua vez, é impactada pela situação econômica nacional e global, e pelas taxas de câmbio.

Para informações sobre os possíveis efeitos nos resultados e operações da Companhia em razão de alterações na situação econômica nacional e global e de alterações nas taxas de câmbio, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

Demanda e situação econômica nacional e global

A Companhia está inserida em um mercado competitivo e seu faturamento bruto é diversificado entre os segmentos de mercado de reposição e montadoras tanto no ambiente doméstico quanto no externo. Sempre que houver mudanças no cenário econômico ou nas tendências da indústria de autopeças que impacte adversa e diretamente a demanda pelos produtos produzidos pela Companhia, deverão ser tomadas medidas com o fim de mitigar o resultado negativo dessas oscilações. Por outro lado, tendemos a nos beneficiar de condições econômicas favoráveis no Brasil e no mundo.

Taxas de câmbio

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pela volatilidade do câmbio tanto positiva quanto negativamente. A desvalorização do Real frente ao Dólar norte americano costuma resultar em um aumento das margens nas vendas para o exterior, enquanto a valorização possui o efeito reverso. Neste sentido, os faturamentos oriundos das exportações, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, atingiram R\$202,3 milhões, (R\$195,8 milhões em 2012, R\$193,6 milhões em 2011 e R\$188,5 milhões em 2010).

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Variações nas taxas de câmbio e derivativos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, 55,5% da receita líquida da Companhia foi proveniente do mercado doméstico (54,5% em 2012, 69,6% em 2011 e 56,0% em 2010) e 44,5% do mercado externo (45,5% em 2012, 30,4% em 2011 e 44,0% em 2010), enquanto 65,6% do custo dos produtos vendidos estavam

denominados em Real (66,2% em 2012, 68,0% em 2011 e 70,2% em 2010). Dessa forma, variações nas taxas de câmbio afetam as margens da Companhia, na medida em que o Real se valoriza frente ao Dólar.

Com relação ao resultado financeiro líquido, 46,5% do endividamento de longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2013 estavam denominados em Reais (28,1% em 31 de dezembro de 2012, 71,1% em 31 de dezembro de 2011 e 85,5% em 31 de dezembro de 2010) e 53,5% estavam denominados ou atrelados em Dólares (71,9% em 31 de dezembro de 2012, 28,9% em 31 de dezembro de 2011 e 14,5% em 31 de dezembro de 2010). Na medida em que a moeda corrente da Companhia é o Real, as variações do Dólar frente ao Real resultam em variações no passivo líquido, que por sua vez resultam em ganhos ou perdas cambiais nos resultados financeiros.

A Companhia utiliza instrumentos derivativos para converter seu endividamento em Reais de Reais para Dólares. Como consequência da depreciação do Real no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010, o resultado líquido desses instrumentos derivativos, estruturados principalmente para converter a dívida em Reais para Dólares para proteção do fluxo de caixa contra a volatilidade cambial, produziu resultados líquidos de R\$-0,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 (R\$-4,2 milhão em 2012, R\$0,6 milhão em 2011 e R\$0,7 milhão em 2010), dos quais os montantes pagos (líquido de recebimento) foram de R\$0,6 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e de R\$4,2 milhões em 2012, e recebimento líquido de pagamentos no valor de R\$0,6 milhão em 2011 e de R\$0,7 milhão em 2010.

Inflação

A Companhia é afetada pela inflação no que tange seus custos e despesas operacionais, sendo que os principais índices aplicados são INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado). Baseado em fontes externas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o INPC correspondia a 5,6%, (6,2% em 2012, 6,1% em 2011 e 6,5% em 2010) e o IGP-M 5,5%, (7,8% em 2012, 5,1 em 2011 e 11,3% em 2010). A variação nos índices mencionados acima pode impactar nos custos com matéria prima, mão de obra e energia elétrica.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, os impactos da inflação na receita líquida não foram relevantes.

Variações nos volumes de vendas

Em relação aos volumes de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010, os volumes de vendas em peças no segmento de fricção foram 94,8 milhões, 94,9 milhões, 102,2 milhões e 99,1 milhões, respectivamente, constituído conforme o quadro abaixo.

Volumes de vendas por linha de produtos - consolidada								
	2013		2012		2011		2010	
	Pçs	Ton	Pçs milhões	Ton mil	Pçs milhões	Ton mil	Pçs milhões	Ton mil
Lonas freio p/veíc pesados (<i>Blocos</i>)	54,6	61,1	53,9	60,7	56,1	60,6	53,0	59,7
Pastilhas de freio	23,0	9,7	22,5	8,6	26,2	12,5	25,4	9,0
Outros produtos	17,2	3,6	18,4	4,1	20,0	5,6	20,7	5,8
Total	94,8	74,4	94,9	73,4	102,2	78,7	99,1	74,5

OBS.: Estes volumes representam apenas materiais de fricção

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Impactos da inflação

A Companhia adquire insumos e produtos do mercado interno e externo, para manter sua operação principal de fabricação e venda de produtos manufaturados.

A inflação impacta no desempenho da Companhia na medida em que suas despesas que não são atreladas ao Dólar, sofrem aumentos como por exemplo: salários e materiais de uso e consumo estão indexados aos principais índices de inflação. Por conseguinte, as matérias-primas bem como outros materiais necessários na fabricação incorrem igualmente em aumentos. O processo inflacionário tem impacto negativo principalmente nas margens de contribuição e no resultado líquido da Companhia.

A variação cambial impacta tanto na receita da Companhia que possui parte de seu faturamento em Dólares oriundo das exportações quanto nos custos dos produtos vendidos em que parte desses custos são atrelados ao Dólar. No que tange os financiamentos a Companhia tem parte expressa em reais e Dólar. Contudo, a Companhia utiliza instrumentos financeiros a fim de manter o equilíbrio.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não foi introduzido ou alienado nenhum segmento operacional da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012 e 2013.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia constituiu na África do Sul uma subsidiária integral da Companhia, cujo objeto é atuar como centro de distribuição e escritório comercial da Companhia para o mercado africano. Ainda, adquiriu também 100% da Freios Control Ltd., assumindo o controle em janeiro de 2012, uma sociedade cujo objeto consiste na produção de polímeros automotivos e outros produtos complementares aos sistemas de freios.

Os efeitos da aquisição da Freios Control Ltd. nas demonstrações financeiras da Companhia estão descritos no item 10.1.h deste Formulário de Referência.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia constituiu em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, a Fras-le Middle East, subsidiária integral da Companhia, cujo objeto é atuar como escritório comercial da Companhia para o mercado do Oriente Médio.

Não se espera que a constituição desta controlada cause efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Não houve eventos ou operações não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012 e 2013.

10.4 - Mudanças significativas na práticas contábeis

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012 e 2013.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c. Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

De acordo com os pareceres e relatórios dos auditores independentes para as informações trimestrais ou para as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010, foi incluído um parágrafo de ênfase para esclarecer que as demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Não há ressalvas nos pareceres ou relatórios dos auditores independentes com relação às informações trimestrais ou às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010.

Posicionamento da Diretoria

Os diretores da Companhia entendem que as ênfases contidas nos pareceres e relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010 não representam imprecisões nas demonstrações contábeis. Dessa maneira, a administração entende que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são descritas conforme segue:

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que os diretores façam julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais e das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal competente. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável e que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal.

Benefícios de Aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado por meio da utilização de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros apresentados.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10.6 - Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

- a. **Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Com base nas melhores práticas, a Companhia, através da estrutura de auditoria interna da controladora Randon S.A. Implementos e Participações, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia do seu sistema de controles internos, bem como manter atualizados todos os componentes desse sistema, visando a mitigação das perdas potenciais e ao fortalecimento de processos e procedimentos voltados à governança corporativa.

Os fluxos de processos e sistemas da Companhia são frequentemente reavaliados e testados para aferir a efetividade dos controles existentes, tendo pleno envolvimento das áreas e resultando em reportes aos conselhos de administração e fiscal.

A estrutura de auditoria interna, com dedicação exclusiva, e os investimentos em tecnologia e em capacitação de pessoal atestam o cumprimento das exigências dos órgãos reguladores.

Nos testes efetuados, não foram identificadas, até o momento, deficiências que possam comprometer a segurança dos controles internos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram apresentadas pelos auditores independentes em seu parecer ou relatório, conforme o caso, deficiências e recomendações acerca da eficácia dos controles internos adotados pela Companhia.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não aplicável. A Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010.

10.8- Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

10.10 - Plano de negócios

a. Investimentos em andamento e previstos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O principal investimento da Companhia nos últimos quatro exercícios sociais foram em máquinas e equipamentos utilizados em suas unidades fabris, tanto para fins de manutenção, quanto para fins de crescimento orgânico. Para o exercício social que se encerrou em 31 de dezembro de 2013, o *guidance* da Companhia foi de investir R\$40,0 milhões, com foco em máquinas e equipamentos.

As tabelas abaixo demonstram os investimentos da Companhia nos últimos quatro exercícios sociais e no exercício social corrente:

Investimentos - R\$ milhões (Fras-le Brasil e unidades controladas)				
	2010	2011	2012	2013
Máquinas e equipamentos	19,9	28,6	25,8	25,2
Ferramentas	7,0	5,8	1,0	5,9
Equipamentos de informática	0,7	0,7	0,7	1,0
Móveis e utensílios	0,7	0,2	0,1	0,1
Veículos	0,4	0,0	0,0	0,1
Construções e reformas	0,9	0,7	10,1	0,7
Intangível - Projeto ERP	2,9	10,7	2,7	-
Controladas e outros investimentos	7,8	9,8	23,2	5,4
Intangível - Controil	-	-	3,0	-
Tangíveis - Controil	-	-	16,2	-
Total	40,3	56,5	82,8	38,5

No exercício social encerrado em 2013 para efeito de comparação com o valor informado na Demonstração do Fluxo de Caixa, especificamente na linha de atividades de investimentos desta demonstração, é necessário considerar também o valor de R\$ 7,1 milhões, relacionado como variação cambial das atividades de investimentos, que não representam uma saída de caixa real.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende utilizar como fontes de financiamento dos investimentos sua própria geração de caixa operacional, bem como empréstimos usualmente captados pela Companhia no curso normal de seus negócios, em especial, empréstimos com recursos do BNDES e financiamentos à exportação.

iii. Desinvestimentos em andamento e previstos

Até a data deste Formulário de Referência, não havia nenhum desinvestimento previsto ou em andamento.

b. Aquisição já divulgada de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável. Não houve aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços

Não aplicável. Não houve o lançamento de novos produtos e serviços.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Anexo IV – Proposta de destinação do lucro líquido, conforme Anexo 9-1-II da ICVM 481/2009

PROPOSTA DA DIRETORIA

Destinação do Lucro Líquido - 2013

Submetemos aos membros do Conselho de Administração para apreciação, manifestação e encaminhamento à Assembleia Geral e aos membros do Conselho Fiscal para emissão de parecer, proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2013.

De acordo com o disposto no Artigo 192 da Lei nº 6.404/1976, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

Nesse sentido, demonstramos, por meio de tabela comparativa, a proposta para destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como da destinação dos três exercícios anteriores:

Descrição	Proposta 2013 (R\$)	Destinações		
		2012 (R\$)	2011 (R\$)	2010 (R\$)
Lucro líquido do exercício	40.003.203,74	24.739.093,42	44.036.118,01	48.357.144,12
(+) Ajustes relativos a resultados abrangentes	3.117.026,77	3.477.606,89	3.622.866,55	1.651.019,88
Lucro após ajustes	43.120.230,51	28.216.700,31	47.698.984,56	50.008.164,00
(-) Reserva legal	2.156.011,53	1.410.835,02	2.384.949,23	2.500.408,20
Lucro Ajustado (base para dividendos)	40.964.218,98	26.805.865,29	45.314.035,33	47.507.755,80
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	13.999.168,68	7.997.517,12	16.166.764,22	14.213.228,75
Dividendos	389.972,09	1.515.775,87	2.654.427,97	2.652.990,90
Reserva geral de lucro (estatutária)	26.575.078,22	17.292.572,30	26.492.843,15	30.641.536,15

Reserva Legal

A destinação do lucro líquido para a reserva legal é determinada pelo Artigo 193 da Lei 6404/1976 e tem por fim assegurar a integridade do capital social, somente podendo ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

De acordo com a citada Lei e com o disposto na alínea “a” do Artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, 5% será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do Artigo 182 da Lei 6404/1976, exceder de 30% do capital social.

Reserva Estatutária (Reserva Geral de Lucro)

O Artigo 194 da Lei 6.404/1976 regula a criação das reservas estatutárias. Conforme aquele dispositivo legal, o estatuto social da companhia pode criar reservas desde que, para cada uma: (i) indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade; (ii) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e, (iii) estabeleça o limite máximo

da reserva.

Em consonância com a legislação e com o disposto na alínea “e” do Artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido que remanescer após as destinações previstas em lei e no Estatuto Social, será destinado a Reserva Geral de Lucros, a qual é destinada a manutenção do capital de giro e não poderá exceder a 80% do capital social.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme estabelece o artigo 202 da Lei 6.404/76 e o Artigo 39 do Estatuto Social, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à reserva legal; (ii) importância destinada à constituição de reserva de contingência e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, quando deixarem de existir as razões que justificaram a constituição ou no exercício em que ocorrer a perda, respeitando o Artigo 203 da Lei 6.404/1976; e, (iii) importância destinada à constituição de reserva de lucros a realizar e reversão das mesmas reservas, quando os lucros que as constituíram tenham sido realizados no exercício, respeitado o Artigo 203 da Lei 6.404/1976.

Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente, e imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação, *pro rata temporis*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O efetivo pagamento ou crédito ficam condicionados à existência de lucros computados antes da dedução dos juros, ou de reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.

O Estatuto Social não prevê pagamentos regulares de juros sobre o capital próprio aos acionistas, contudo, nos últimos anos, a Companhia optou por sua distribuição, os quais foram calculados em conformidade com a legislação vigente e imputados, pelo valor líquido de Imposto de Renda na Fonte, aos dividendos do mesmo exercício.

Os juros sobre o capital próprio e os dividendos declarados pela Companhia não são atualizados monetariamente.

A proposta de destinação do lucro líquido de 2013 é de distribuir aos acionistas, parcela correspondente a 30% do lucro ajustado, ou seja, 5% acima do mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos serão declarados na data da Assembleia Geral Ordinária e o pagamento será realizado integralmente e mediante o crédito, de acordo com a conta corrente e domicílio bancário fornecidos ao Banco Itaú S.A, instituição depositária das ações. As ações serão negociadas *ex-dividendos* a partir do dia seguinte àquele de sua declaração.

Nos quadros a seguir, demonstramos a remuneração aos acionistas, relativa ao exercício de 2013, a ser ratificada na próxima Assembleia Geral Ordinária, bem como os demonstrativos, para comparação, referente aos 3 exercícios anteriores:

Exercício de 2013	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	40.964.218,98		
Dividendos propostos – 30%	12.289.265,70	0,12291846	

Juros sobre o capital próprio (valor bruto)*	13.999.168,68	0,13544000	0,1490010
Juros sobre o capital próprio (valor líquido de IRF)	11.899.293,37	0,11512400	0,1266510
Dividendos**	389.972,33	0,00390054	
* Juros sobre o capital próprio foram declarados em 21/06/2013 e 16/12/2013, ficando <i>ex-juros</i> as posições acionárias detidas em 24/06/2013 e 17/12/2013 e o pagamento iniciado em 25/07/2013 e 27/01/2014.			
** Os dividendos serão declarados na próxima AGO em 14/04/2014, ficando <i>ex-dividendos</i> as posições acionárias detidas em 15/04/2014 e pagamento será iniciado em 30/04/2014.			

Cumpra esclarecer que os acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária e em Assembleia Especial de Preferencialistas, em 28 de novembro de 2013, aprovaram a conversão compulsória da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária e que, após decorrido o prazo para o exercício do direito de retirada pelos acionistas dissidentes, encerrado em 30 de dezembro de 2013, a base acionária para distribuição dos dividendos passou a ser de 99.979.000 ações ordinárias.

Exercício de 2012	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	26.805.865,29		
Dividendos propostos – 30% mais adicional de 10% para as PN	8.313.665,42	0,0804328	0,0884760
Juros sobre o capital próprio (valor bruto)*	7.997.517,12	0,0773800	0,0851000
Juros sobre o capital próprio (valor líquido de IRF)	6.797.889,55	0,0657730	0,0723350
Dividendos**	1.515.775,87	0,0146598	0,0161410
* Juros sobre o capital próprio foram declarados em 20/06/2012 e 19/12/2012, ficando <i>ex-juros</i> as posições acionárias detidas em 21/06/2012 e 20/12/2012 e o pagamento iniciado em 17/07/2012 e 30/01/2013.			
** Os dividendos foram declarados na próxima AGO em 04/04/2013, pagos em 23/04/2013, ficando <i>ex-dividendos</i> as posições acionárias detidas em 05/04/2013.			

Exercício de 2011	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	45.314.035,33		
Dividendos propostos – 35% mais adicional de 10% para as PN	16.396.177,55	0,1586292	0,1744921
Juros sobre o capital próprio (valor bruto)*	16.166.764,22	0,1564100	0,1720500
Juros sobre o capital próprio (valor líquido de IRF)	13.741.749,58	0,1329485	0,1462425
Dividendos**	2.654.427,97	0,0256807	0,0282496
* Juros sobre o capital próprio declarados em 15/06/2011 e 05/12/2011, pagos em 11/07/2011 e 24/01/2012, ficando <i>ex-juros</i> as posições detidas em 16/06/2011 e 06/12/2011, respectivamente.			
** Dividendos declarados na AGO de 28/03/2012, pagos em 11/04/2012, ficando <i>ex-dividendos</i> as posições detidas em 29/03/2012.			

Exercício de 2010	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	47.507.755,80		
Dividendos propostos – 30% mais adicional de 10% para as PN	14.734.235,34	0,1425500	0,1568053
Juros sobre o capital próprio (valor bruto)*	14.213.593,88	0,1375100	0,1512600
Juros sobre o capital próprio (valor líquido de IRF)	12.081.244,44	0,1168835	0,1285710
Dividendos**	2.652.990,90	0,0256668	0,0282343
* Juros sobre o capital próprio declarados em 14/06/2010 e 09/12/2010, pagos em 23/07/2010 e 27/01/2011, ficando <i>ex-juros</i> as posições detidas em 15/06/2011 e 10/12/2011, respectivamente.			
** Dividendos declarados na AGO de 15/04/2011, pagos em 29/04/2011, ficando <i>ex-dividendos</i> as posições detidas em 18/04/2011.			

Caxias do Sul, 07 de março de 2014.

Daniel Raul Randon

Gilberto Carlos Crosa

Rogério Luiz Ragazon

Anexo V - Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

A seguir estão detalhadas as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativas aos candidatos indicados pelo acionista controlador para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, na AGO a ser realizada no dia 14 de abril de 2014.

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Conselho de Administração Indicados pelo acionista controlados):

a. Nome:	Raul Anselmo Randon	Astor Milton Schmitt	Luiz Carlos Mandelli	Daniel Raul Randon
b. Idade (data de nascimento)	84 anos (06/08/1929)	70 anos (03/09/1942)	71 anos (10/07/1942)	38 anos (08/12/1976)
c. Profissão	empresário	engenheiro	economista	engenheiro
d. CPF	004.273.900-44	010.763.880-00	002.011.110-04	680.334.270-00
e. Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração	Vice-presidente do Conselho de Administração	Conselheiro	Conselheiro
f. Data da eleição	28/03/2012	28/03/2012	28/03/2012	-0-
g. Data da posse	04/04/2012	04/04/2012	04/04/2012	-0-
h. Prazo do mandato	2 anos	2 anos	2 anos	-0-
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-0-	-0-	-0-	Diretor-presidente e DRI
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim	Sim

Conselho Fiscal (indicados pelo acionista controlador):

Membros Titulares		
a. Nome	Benilda Waschow	Carlos Osvaldo Pereira Hoff
b. Idade (data de nascimento)	66 (17/08/1947)	66 (27/04/1947)
c. Profissão	advogada	contador
d. CPF	163.342.480-49	055.286.900/72
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheira Fiscal titular	Conselheiro Fiscal titular
f. Data da eleição	04/04/2013	04/04/2013
g. Data da posse	23/04/2013	23/04/2013
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-0-	-0-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim

Membros Suplentes		
a. Nome:	Renato Francisco Toigo	Volnei Ferreira de Castilhos
b. Idade (data de nascimento)	62 anos (17/05/1951)	03/12/1964
c. Profissão	Contador	Contador
d. CPF	108.764.210-87	406.767.300-00
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal	-0-

	suplente	
f. Data da eleição	04/04/2013	-0-
g. Data da posse	-0-	-0-
h. Prazo do mandato	1 ano	-0-
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-0-	-0-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

- a. currículo, contendo as seguintes informações:
- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
 - ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas
- b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
- i. qualquer condenação criminal
 - ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
 - iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Conselho de Administração

Raul Anselmo Randon

a. Fras-le S.A. (Companhia Aberta) – Diretor-presidente até abril de 2010 e Presidente do Conselho de Administração até esta data – Atividade principal: indústria de materiais de fricção – sociedade controlada da Randon S.A. Implementos e Participações; Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia Aberta) - Diretor-presidente até abril de 2009 e Presidente do Conselho de Administração até esta data – Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões; Rasip Agro Pastoril S.A. (Companhia Aberta) – Diretor-presidente e Presidente do Conselho de Administração – Atividade principal: cultivo e comercialização de maçãs e fabricação de queijos e outros derivados do leite; e, Dramd Participações e Administração Ltda. – sócio-diretor – Atividade principal: holding detentora de participações societárias da Randon S.A. Implementos e Participações e da Rasip Agro Pastoril S.A., esta última cancelou o registro de companhia aberta no ano de 2013.

b. Não possui condenações criminais e não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial. Em relação a processo administrativo perante a CVM, na seção de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº 22/04, realizada no dia 20 de junho de 2007, houve a condenação ao pagamento de multas, por descumprimento do disposto no Art. 155, § 1º da Lei 6.404/76, e do caput do Artigo 13 da Instrução CVM nº 358/02. Por entender que há equívocos na decisão proferida pelo Colegiado da CVM, foi interposto recurso, com efeito suspensivo da decisão, junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), que foi julgado em 05 de dezembro de 2012, porém ainda pendente de publicação do respectivo acórdão.

Astor Milton Schmitt

a. Fras-le S.A. (companhia aberta) – Vice-presidente do Conselho de Administração até esta data – Atividade principal: indústria de materiais de fricção – sociedade controlada da Randon S.A. Implementos e Participações; Randon S.A. Implementos e Participações (companhia aberta) – Diretor e Direto de Relações com Investidores até abril de 2013 – Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões; Randon Investimentos Ltda. – Diretor – Atividade principal: participação em outras sociedades que se caracterizem por ser instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; Banco Randon S.A. – Vice-presidente do Conselho de Administração – Atividade principal: instituição financeira.

b. Não possui condenações criminais e não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial. Em relação a processo administrativo perante a CVM, na seção de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº 22/04, realizada no dia 20 de junho de 2007, houve a condenação ao pagamento de multas, por descumprimento do disposto no Art. 155, § 1º da Lei 6.404/76, e do caput do Artigo 13 da Instrução CVM nº 358/02. Por entender que há equívocos na decisão proferida pelo Colegiado da CVM, foi interposto recurso, com efeito suspensivo da decisão, junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), que foi julgado em 05 de dezembro de 2012, porém ainda pendente de publicação do respectivo acórdão.

Luiz Carlos Mandelli

a. DHB Indústria e Comércio S.A. (companhia aberta) – Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente até esta data – Atividade Principal: holding; DHB Componentes Automotivos S.A. – Diretor Presidente até esta data – Atividade principal: indústria de componentes automotivos. Celulose Irani S.A. – membro do Conselho de Administração em 2001 – Atividade principal: indústria de papéis, resinas e embalagens; Intecnia S.A. – membro do Conselho de Administração até hoje – Atividade principal: indústria de máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos; Centro Clínico Gaúcho – membro do Conselho de Administração.

b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Daniel Raul Randon

a. Área de Desenvolvimento da Qualidade na Freios Master Ltda., companhia fechada do setor de autopeças-1995; Área de Engenharia de projetos na Randon Implementos, sociedade sob controle comum em relação à Companhia - 1996; Área de Desenvolvimento da Qualidade na Gerdau Riograndense, companhia do setor siderúrgico - 03/2000 a 07/2000, Área Administrativa e Financeira da Randon Participações S.A., controladora da Companhia- 2000/2006; Diretor-superintendente e de Relações com Investidores da Fras-le S.A.- 2006 a abr-2010; Diretor-presidente, Superintendente e de Relações com Investidores da Fras-le S.A.- abr-2010/atual. Atualmente, o Sr. Daniel não exerce cargos de administração em outras companhias abertas, além da Companhia.

b. Na seção de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº 22/04, realizada no dia 20 de junho de 2007 pelo Colegiado da CVM, o administrador foi condenado ao pagamento de multa, por descumprimento do disposto no Art. 155, § 1º da Lei 6.404/76, e do caput do Artigo 13 da Instrução CVM nº 358/02. Foi interposto recurso, com efeito suspensivo da decisão, junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN). Em 05 e 06 de dezembro de 2012, o

recurso foi julgado improcedente pelo CRSFN, porém, na data deste Formulário de Referência, o respectivo acórdão encontra-se pendente de publicação.

O Processo Criminal 0009474-42.2009.4.03.6181, que tramita na 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo/SP, foi instaurado a partir de denúncia promovida pelo Ministério Público Federal ("MPF"), acolhida pela Justiça Federal em 28 de janeiro de 2010, motivada pela decisão da CVM em relação ao Processo Administrativo Sancionador referido no item 12.8.b.ii. Em 17 de abril de 2012, houve a suspensão condicional do processo pelo período de dois anos, em decorrência da aceitação de proposta nesse sentido, oferecida pelo Ministério Público Federal, mediante o cumprimento das condições de (i) comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, uma vez a cada dois meses e (ii) prestação pecuniária em benefício da Comissão de Valores Mobiliários.

Conselho Fiscal – membros titulares

Benilda Waschow

a. Fras-le S.A. (companhia aberta) – membro titular do Conselho Fiscal - Atividade principal: industrialização de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, especialmente de materiais de fricção; Randon S.A. Implementos e Participações (companhia aberta – acionista controladora da Companhia) - membro titular do Conselho Fiscal até o ano de 2011 - Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões; Universidade de Caxias do Sul (Fundação de ensino superior) - professora titular de disciplinas relacionadas ao Direito Empresarial.

b. Não possui condenações criminais; não foi condenada em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Carlos Osvaldo Pereira Hoff

a. Fras-le S.A. (companhia aberta) – membro titular do Conselho Fiscal - Atividade principal: industrialização de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, especialmente de materiais de fricção; Exacto Auditoria S.S. - Sócio-diretor de auditoria – empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM, integrante do grupo econômico da empresa Exacto Serviços Tributários SS Ltda (De maio/2003 a março/2012); Randon S.A. Implementos e Participações (companhia aberta – acionista controladora da Companhia) – membro titular do Conselho Fiscal – Atividade Principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões (de 2008 a 2012); Müller, Prei & Hoff Auditores Independentes S/S – Sócio da empresa de auditoria externa independente devidamente registrada na CVM, desde junho de 2012.

b. Não possui condenações criminais; não foi condenada em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Conselho Fiscal – membros suplentes

Renato Francisco Toigo

a. Toigo Contadores e Associados Ltda. – sócio-administrador – Atividade principal: empresa de prestação de serviços contábeis e assessoria administrativa e tributária; Fundação Universidade de Caxias do Sul – professor de disciplinas do curso de Ciências Contábeis - Atividade principal: Instituição de Ensino; Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) - Diretor Fiscal – Atividade principal: agência reguladora governamental. FENACON - Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícia, Informações e Pesquisas – Diretor de Educação e Cultura – Atividade principal – associação com sede em Brasília (DF). Não ocupou cargo de administrador em Companhia Aberta nos últimos cinco anos.

b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Volnei Ferreira de Castilhos

- a. Fundação Getúlio Vargas – professor convidado desde outubro/2008 - Atividade principal: instituição de ensino; Câmara de Dirigentes Lojistas de Caxias Do Sul – auditor desde 1998 – Atividade principal: entidade de classe representativa de empresas de comércio varejista; Companhia de Desenvolvimento de Caxias Do Sul – CODECA - Presidente do Conselho Fiscal de 01/2010 a 03/2013 - Atividade principal: sociedade de economia mista responsável pela limpeza urbana de Caxias do Sul; Consultor de empresas na área financeira, controladoria e planejamento estratégico desde 12/2006; titular da empresa de treinamento Castilhos Treinamentos Empresariais Ltda.
- b. Não possui condenações criminais; não foi condenada em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
 - b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
 - c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
 - d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Das pessoas indicadas pelo acionista controlador aos cargos de membros do Conselho Fiscal, nenhuma tem relação de parentesco mencionada no item 12.9 acima.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor
- b. controlador direto ou indireto do emissor
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Carlos Osvaldo Pereira Hoff			Conselheiro Fiscal	
Ano	Empresa	CNPJ	Relação	Cargo
2011	Randon S.A. Implementos e Participações	89.086.144/0001-16	Controladora direta	Conselheiro Fiscal titular
2012	Randon S.A. Implementos e Participações	89.086.144/0001-16	Controladora direta	Conselheiro Fiscal titular
2013	-0-	-0-	-0-	-0-
Benilda Waschow			Conselheira Fiscal	
Ano	Empresa	CNPJ	Relação	Cargo
2011	-0-	-0-	-0-	-0-
2012	-0-	-0-	-0-	-0-
2013	-0-	-0-	-0-	-0-

Anexo VI– Proposta de Remuneração e informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência

Proposta de Remuneração

A proposta de remuneração apresentada pelo acionista controlador contempla a remuneração global a ser distribuída dentre os administradores e a remuneração individual para os membros do Conselho Fiscal.

1. Remuneração dos Administradores

Para o exercício de 2014 (período de janeiro a dezembro) é proposto o montante global anual de até **R\$ 8.372.692,54**, para a remuneração dos Administradores, incluídos nesse montante: (i) os honorários fixos; (ii) a participação nos resultados; (iii) benefícios de FGTS, pós emprego (previdência privada), de plano de saúde e de seguro de acidentes pessoais; e, (vi) importância correspondente as contribuições ao INSS, incidentes sobre a remuneração dos administradores e devidas pela Companhia, conforme recomendação da CVM.

Esse montante justifica-se pela experiência dos Administradores e ao seu alto grau de conhecimento da Companhia, uma vez que a maioria fez carreira na própria Companhia ou em empresas do mesmo grupo econômico, bem como à necessidade de reter talentos num mercado cada vez mais competitivo.

Conforme estabelece o Estatuto Social, o Conselho de Administração procederá a distribuição das importâncias individuais, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria.

Na AGO de 2013 foi aprovado o montante global anual de até R\$ 7.356.372,70. Abaixo segue tabela comparativa do valor previsto no Formulário de Referência - FR (tendo em conta os valores distribuídos pelo Conselho de Administração) e o efetivamente realizado, no exercício de 2013.

Espécie	Previsto FR	Realizado
Honorários fixos	3.108.108,18	3.094.011,68
Participação nos lucros	1.722.885,44	1.302.990,53
Benefícios	459.327,73	423.720,91
Subtotal	5.290.321,35	4.820.723,12
INSS	966.198,73	305.795,29
Total Geral	6.256.520,08	5.126.518,41

Nota 1 - A diferença entre o valor aprovado na AGO de 2013 e o previsto no FR, ocorre em razão da remuneração individual de cada membro da administração somente ser distribuída pelo Conselho de Administração após a realização da AGO. Também foi considerado um valor adicional, para fazer frente a possíveis mudanças na composição dos órgãos da administração, não previstas na data da realização da AGO.

Nota 2 - As diferenças entre o previsto no FR e o realizado, têm as seguintes procedências: (i) nos honorários fixos observa-se uma redução no valor recolhido a título de INSS, decorrente do incentivo do governo à indústria, com a desoneração da folha de pagamento e a redução do pagamento dos honorários do Conselho de Administração, decorrente da renúncia de um membro; e, (ii) na participação nos lucros, a valor a ser distribuído aos administradores será inferior aquela reconhecida nas Demonstrações Financeiras, tendo em conta a redução do lucro líquido do exercício. O saldo remanescente na conta participação dos administradores deverá ser revertido em favor da Companhia.

Para o ano de **2014**, é proposta a seguinte remuneração:

Espécie	AGO 2014
Honorários fixos	3.800.926,97
Participação nos lucros	2.656.570,35
Benefícios	623.695,77
Subtotal	7.081.193,09
INSS	1.291.499,46
Total Geral	8.372.692,54

2. Remuneração dos Conselheiros Fiscais

Para os membros do Conselho Fiscal, se o Órgão for instalado, é proposta a remuneração mensal para os membros em exercício em valor correspondente a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, sem computar no cálculo, os benefícios, as verbas de representação e a participação nos lucros. Os membros suplentes somente serão remunerados caso substituam os membros titulares.

A proposta de remuneração está prevista no Parágrafo Terceiro do Artigo 162 da Lei nº 6.404/1976, sendo que na Assembleia Geral Ordinária de 2013 foi fixada nos mesmos parâmetros.

Informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

As práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelo desempenho de suas funções, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

Os honorários anuais do Conselho de Administração são pagos em doze parcelas anuais e os honorários da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal são pagos em treze parcelas, sendo duas pagas no mês de dezembro.

A Companhia não tem diretores não estatutários.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração é composta de honorários fixos, de remuneração variável (representada por participação nos lucros), previdência privada, assistência médica; seguro de acidentes pessoais e fundo de garantia por tempo de serviço.

Os honorários mensais fixos têm por objetivo remunerar os administradores pelo exercício de suas funções de acordo com as práticas de mercado; a participação nos lucros visa desafiar os diretores a cada vez mais, buscar resultados que superem os estabelecidos no Planejamento

Estratégico; a previdência privada busca garantir renda complementar aos administradores no período pós-carreira; a assistência médica tem como propósito facilitar o acesso à saúde dos administradores e de seus dependentes, se for o caso; o seguro de acidentes pessoais tem por objetivo assegurar aos administradores o custeio das despesas médicas e hospitalares em caso de acidente quando estão em viagem; e, o fundo de garantia por tempo de serviço é para a formação de um pecúlio a ser recebido pelos Diretores quando do seu desligamento.

Os Diretores recebem participação nos lucros, que pode chegar ao montante dos honorários fixos dos administradores ou 8% (oito por cento) dos lucros da Companhia, o que for menor.

Aos Conselheiros Fiscais é paga uma remuneração mensal fixa, correspondente a 10% da que em média for atribuída a cada Diretor estatutário, não computado no valor a ser pago a participação nos lucros dos Diretores. Cabe aos Conselheiros Fiscais, ainda, o reembolso das despesas com locomoção e estada, necessárias ao desempenho de suas funções.

A distribuição da remuneração deve observar o montante aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não existe proporção fixa, podendo esta variar de acordo com o desempenho da Companhia e deliberações da assembleia geral e do Conselho de Administração. A participação nos lucros dos administradores obedece aos limites estabelecidos na Lei 6404/76.

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada parcela em relação à remuneração total dos administradores, segregadas entre a Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Ano	Rubrica	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2011	Honorários	39,00%	83,33%	83,33%
	Participação nos lucros	36,15%	-	-
	Previdência Privada	3,40%	-	-
	INSS	15,03%	16,67%	16,67%
	Benefícios	6,42%	-	-
2012	Honorários	59,27%	89,08%	90,23%
	Participação nos lucros	17,93%	-	-
	Previdência Privada	5,76%	-	-
	INSS	10,18%	10,92%	9,77%
	Benefícios	6,86%	-	-
2013	Honorários	45,70%	98,48%	98,61%
	Participação nos lucros	35,18%	-	-
	Previdência Privada	4,43%	-	-
	INSS	7,68%	1,52%	1,39%
	Benefícios	7,01%	-	-

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração diversos fatores. Os honorários são reajustados de acordo com as práticas de mercado, baseadas em pesquisas específicas em empresas do mesmo setor, bem como parâmetros de inflação; a participação nos lucros segue os limites legais, em função do lucro realizado em cada exercício; a previdência privada é reajustada na mesma proporção do reajuste dos honorários fixos; e, a assistência médica obedece aos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções, bem como as práticas de mercado.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os honorários são definidos com base nos parâmetros estatísticos de remuneração fixa obtidos em pesquisas salariais específicas, identificados através da comparação de ocupantes de cargos equivalentes no mercado, bem como parâmetros de inflação; e, a participação nos lucros o desafio de otimizar os lucros da Companhia e a superação das metas estabelecidas no planejamento estratégico.

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os honorários fixos acompanham práticas de mercado, através de pesquisa específica realizada anualmente e a participação nos lucros acompanha o desempenho da Companhia pelo lucro gerado em cada exercício.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão

Conselho de Administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

- b. número de membros

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2011	3	5	4
2012	3	5	4
2013	3	5	4

OBSERVAÇÃO: O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

- c. remuneração segregada em:

- i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore

- benefícios diretos e indiretos
- INSS
- remuneração por participação em comitês – Não se aplica

Ano	Rubrica	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2011	Honorários	1.635.373,67	965.760,00	195.083,77
	INSS	327.074,73	193.152,00	39.016,75
	Benefícios	269.395,75	-	-
2012	Honorários	1.588.318,30	1.032.960,72	211.777,57
	INSS	176.632,11	126.630,45	22.929,16
	Benefícios	183.923,63	-	-
2013	Honorários	1.692.878,73	1.175.415,59	225.717,36
	INSS	23.857,84	18.158,30	3.181,05
	Benefícios	259.472,21	-	-
Previsão 2014	Honorários	2.116.266,83	1.485.476,56	199.183,58
	INSS	423.253,37	297.095,31	39.836,72
	Benefícios	410.766,25	-	-

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus – não se aplica
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões – não se aplica
- comissões – não se aplica
- INSS

Ano	Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2011	Nº de membros	3	-	-
	Participação nos lucros	1.515.980,61	-	-
	INSS	303.196,12	-	-
2012	Nº de membros	3	-	-
	Participação nos lucros	480.468,77	-	-
	INSS	96.093,75	-	-
2013	Nº de membros	3	-	-
	Participação nos lucros	1.302.990,53	-	-
	INSS	260.598,11	-	-
Previsão 2014	Nº de membros	4	-	-
	Participação nos lucros	2.656.570,35	-	-
	INSS	531.314,07	-	-

A participação nos lucros relativa ao exercício de 2014 é estimativa, uma vez que será calculada com base nos lucros do exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2014.

iii. benefícios pós-emprego

Ano	Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2011	Nº de membros	3	-	-
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	142.446,36	-	-
2012	Nº de membros	3	-	-
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	153.500,00	-	-
2013	Nº de membros	3	-	-
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	164.248,70	-	-
Previsão 2014	Nº de membros	4	-	-
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	212.929,52	-	-

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

A Companhia não adota benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

v. remuneração baseada em ações

A Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2011	4.193.701,97	1.158.912,00	234.100,53
2012	2.679.819,48	1.159.591,17	234.706,73
2013	3.704.046,11	1.193.573,89	228.898,41
Previsão 2014	6.351.100,37	1.782.571,87	239.020,29

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Ano	Valor total em R\$
2011	5.586.714,50
2012	4.074.117,38
2013	5.126.518,40
Previsão 2014	8.372.692,54

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não adota pagamento de remuneração variável, exceto a participação nos lucros.

- d. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Ano	Participação nos Lucros	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2011	Nº de membros	3	-	-	3
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há previsão	-	-	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas forem atingidas	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	1.515.980,61	-	-	1.515.980,61
	Nº de membros	3	-	-	3

2012	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há previsão	-	-	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas forem atingidas	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	480.468,77	-	-	480.468,77
2013	Nº de membros	3	-	-	3
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há previsão	-	-	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas forem atingidas	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	1.302.990,53	-	-	1.302.990,53
Previsão 2014	Nº de membros	4	-	-	4
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há previsão	-	-	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas forem atingidas	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor previsto para o exercício	2.656.570,35	-	-	2.656.570,35
OBSERVAÇÃO: O valor máximo previsto para participação nos resultados é calculado de forma que não exceda a remuneração anual dos administradores. Caso os resultados da Companhia não comportem o pagamento do total da remuneração anual prevista, o valor é ajustado de forma que não exceda a um décimo dos lucros, conforme previsto no § 1º do Artigo 152 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.					

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não possui plano de remuneração em ações

- 13.5.** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Companhia (Fras-le S.A.) – 31/12/2013			
Órgão	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Conselho de Administração	4.063	94	4.157
Diretoria		18.150	18.150
Conselho Fiscal	0	0	0

Controladora (Randon S.A. Implementos e Participações) – 31/12/2013			
Órgão	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Conselho de Administração	537	0	537
Diretoria	0	38.673	38.673
Conselho Fiscal	0	0	0

- 13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

A Companhia não possui plano de remuneração em ações.

- 13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

- d. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

A Companhia não possui plano de remuneração em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

A Companhia não possui plano de remuneração em ações.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia não possui plano de remuneração em ações

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente

- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número de membros	3	-
Nome do plano	Randonprev	-
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	-
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	3.721.437,47	-
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	164.248,70	-
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não existe	-

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

Ano	(em R\$)	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2011	Nº de Membros	3	5	4
	Maior Remuneração	1.697.320,26	834.739,20	58.525,14
	Menor Remuneração	1.245.198,55	90.048,00	58.525,14
	Média da Remuneração	1.397.900,66	289.728,00	58.525,14
2012	Nº de Membros	3	5	4
	Maior Remuneração	1.067.108,83	846.822,05	58.832,22
	Menor Remuneração	803.230,63	109.621,73	58.624,84
	Média da Remuneração	893.273,16	231.918,23	58.676,68
2013	Nº de Membros	3	5	4
	Maior Remuneração	1.486.854,15	818.051,71	57.224,60
	Menor Remuneração	1.105.270,17	105.897,39	57.224,60
	Média da Remuneração	1.234.682,04	238.714,78	57.224,60

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de

administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2011	40,47%	72,03%	00%
2012	39,82%	73,03%	00%
2013	40,14%	68,54%	00%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, não recebem outras remunerações além daquela estabelecida para o exercício de seus cargos.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Anexo VII – Proposta para aumento do capital social – Anexo 14 da ICVM 481/2009

PROPOSTA DA DIRETORIA

Aumento do Capital Social e Bonificação em ações – 2014

(Anexo 14 da ICVM 481/2009)

A Diretoria submete aos membros do Conselho de Administração para apreciação, manifestação e encaminhamento à Assembleia Geral e aos membros do Conselho Fiscal para emissão de parecer, proposta para aumento do capital social, mediante a incorporação de reservas e emissão de novas ações, distribuídas aos acionistas a título de bonificação.

1. Preliminarmente ao aumento do capital, a Diretoria propõe a adequação da base acionária, com o cancelamento de 2.000 ações em tesouraria, adquiridas pela Companhia através do exercício do direito de recesso por parte de acionistas minoritários dissidentes das deliberações das Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Geral de Acionistas Preferencialistas, realizadas no dia 28 de novembro de 2013, durante o processo de conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias. Nesse sentido, o capital social da Companhia passa a ser representado por 99.979.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serve de base para o aumento do capital proposto no item 2 a seguir.
2. A Diretoria propõe que seja convocada Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada cumulativamente com a Assembleia Geral Ordinária, para deliberar sobre aumento do capital social da Companhia mediante capitalização de parte do saldo da Reserva Geral de Lucros, tendo em vista que, conforme proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2013, o saldo das reservas de lucros excederá aos limites legais, conforme demonstra o quadro a seguir:

Capital Social	170.000.000,00
Reservas de lucros	175.759.154,96
Reserva Legal	25.101.871,58
Reserva Geral de Lucros	150.657.283,38
Valor excedente	5.759.154,96

Conforme dispõe o Artigo 199 da Lei 6.404/1976, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social e, de acordo com a alínea “e” do Artigo 38 do Estatuto Social, o saldo da reserva estatutária denominada Reserva Geral de Lucros não poderá exceder a 80% do capital social. Atingido esses limites, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em razão do excesso, e com o objetivo de adequar as demonstrações financeiras aos parâmetros legais, a Diretoria propõe elevar o capital social de R\$170.000.000,00 para R\$300.000.000,00 mediante:

- a. **Capitalização de reservas:** o capital social será aumentado em R\$130.000.000,00, mediante a capitalização de parte do saldo da conta “Reserva Geral de Lucros”, com distribuição de ações novas aos acionistas, na proporção do número de ações que possuem, tudo de conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei 6404/1976.
- b. **Bonificação em Ações (25%):** serão emitidas 24.994.750 novas ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de

bonificação, na proporção de uma ação nova para cada quatro ações de que forem titulares, correspondentes a 25% das ações atualmente possuídas.

- b.1. Objetivo e consequências jurídicas e econômicas:** a bonificação em ações tem por objetivo aumentar a liquidez das ações no Mercado de Valores Mobiliários, considerando que uma quantidade maior de ações em circulação, potencialmente, gera incremento nos negócios e, por consequência, no volume financeiro, criando valor aos acionistas. Não vislumbramos quaisquer consequências jurídicas ou econômicas, adicionais.
- b.2. Direitos e vantagens das ações bonificadas:** as ações bonificadas terão idênticos direitos aos daquelas atualmente em circulação, farão jus, inclusive, a todos os dividendos e remuneração do capital que vierem a ser declarados a partir da data de sua inclusão na posição dos acionistas, bem como a eventuais vantagens atribuídas às demais ações.
- b.3. Custo das ações bonificadas:** para fins do disposto no Artigo 10 da Lei 9.249/1995 e no § 1º do Artigo 25 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 25/2001, o custo atribuído às ações bonificadas é de R\$ 5,201092 por ação.
- b.4. Frações de ações:** a bonificação será efetuada sempre em números inteiros. Eventuais sobras decorrentes das frações de ações serão separadas, agrupadas em números inteiros e vendidas em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA, devendo os respectivos valores, serem colocados à disposição dos acionistas que tiverem direito. Para efeitos do disposto no § 3º do Artigo 169 da Lei 6.404/1976, é fixado o prazo de 30 dias, para os acionistas procederem a transferência das frações de ação.
- b.5. Negociação:** o crédito das ações provenientes da bonificação será efetuado no dia 22 de abril de 2014, e terá como base acionária as posições finais do dia 14 de abril de 2014. Portanto, as atuais ações continuarão a ser negociadas com direito à bonificação e as novas ações serão liberadas à negociação “ex-bonificação” a partir do dia seguinte a aprovação desta proposta pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária.

- 3. Em decorrência do aumento do capital social, a Diretoria propõe adequar o “caput” do Artigo 5º do Estatuto Social conforme segue:**

Redação atual	Redação proposta
Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 170.000.000,00 representado por 99.981.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Artigo 5º. O capital social, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) representado por 124.973.750 (cento e vinte e quatro milhões, novecentas e setenta e três mil, setecentas e cinquenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Artigo 11 da Instrução CVM 481/2009, encontra-se em anexo, o Estatuto Social da Companhia contendo, em destaque, a alteração proposta, sendo a mesma justificada pelo aumento do capital social mediante a incorporação de reservas e bonificação em ações.

Referida alteração não afeta substancialmente a Companhia, por tratar-se de mero ajuste do capital social ao valor atualizado e a quantidade de ações que está representado.

Sob o aspecto econômico, a alteração proposta não deve afetar a Companhia em qualquer sentido.

ESTATUTO SOCIAL

(Art. 11 Instrução CVM 481/2009)

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Artigo 1º. FRAS-LE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima que se regulará pelo presente Estatuto Social e legislação aplicável, nos casos em que for omissivo.

Artigo 2º. A sociedade tem sede e foro jurídico na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, podendo criar ou extinguir filiais e quaisquer outros estabelecimentos, no País ou exterior.

Artigo 3º. A sociedade tem prazo de duração indeterminado.

II - DO OBJETO SOCIAL

Artigo 4º. A sociedade tem por objeto social:

- a) A industrialização de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, especialmente de materiais de fricção; produtos a base de resinas e seus derivados, autopeças, artefatos de plástico e seus derivados;
- b) A comercialização, quer no País ou no exterior, desses mesmos produtos, seja de fabricação própria ou de terceiros;
- c) A importação e a exportação de matérias-primas, partes, peças e componentes, bem como máquinas, aparelhos e equipamentos industriais aplicáveis na industrialização dos produtos referidos na alínea (a) anterior;
- d) A prestação de serviços de assistência técnica de seus produtos;
- e) A participação em outras sociedades, qualquer que seja a sua forma, como sócia ou acionista;
- f) A representação comercial, por conta própria ou de terceiros.

Parágrafo único. O objeto social da Companhia poderá ser realizado através de sociedades controladas e subsidiárias.

III - DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 170.000.000,00 representado por 99.981.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo único. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente da reforma estatutária, e por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 300.000.000 de ações ordinárias, todas sem valor nominal, com observância no artigo 7º deste Estatuto.

Artigo 6º. Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) que a Companhia designar, sem a emissão de certificados; a instituição financeira depositária das ações escriturais poderá cobrar o custo de transferência de titularidade das ações, observados os limites legalmente fixados.

Artigo 7º. Nos aumentos de capital, quer por subscrição ou capitalização de lucros ou reservas, a sociedade poderá emitir ações ordinárias ou preferenciais, ou somente de um tipo, sem

guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, ou, ainda, criar novas classes de ações preferenciais mais favorecidas, inclusive resgatáveis, observado, quanto às ações preferenciais sem direito a voto ou com restrições neste sentido, o limite máximo previsto em lei de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas, e desde que tal ato não prejudique os direitos das ações preferenciais de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas ou lucros.

Artigo 8º. As ações são indivisíveis perante a sociedade e cada ação ordinária dará direito a um voto na Assembleia Geral.

Artigo 9º. Ressalvado o disposto no Artigo 10, os acionistas terão o direito de preferência na subscrição de ações do capital autorizado, na proporção das ações que possuírem do capital já subscrito. O direito deverá ser exercido dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da ata que houver autorizado a emissão ou de aviso especial.

Artigo 10. A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição sem que assista o direito de preferência ou reduzir o prazo para seu exercício aos antigos acionistas, quando a colocação for feita através de venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, na forma da Lei.

Artigo 11. A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados e, ainda, a pessoas naturais que prestam serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle.

Artigo 12. A Companhia poderá suspender os serviços de conversão, desdobramento, agrupamento e transferência de ações pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, antes da realização da Assembleia Geral, ou por 90 (noventa) dias intercalados durante o ano.

IV - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 13. As assembleias gerais são ordinárias e extraordinárias. A assembleia geral ordinária será realizada anualmente dentro dos primeiros quatro meses após o encerramento do exercício social e a assembleia geral extraordinária se realizará sempre que os interesses sociais o exigirem.

Artigo 14. As assembleias gerais serão convocadas, instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na falta ou impedimento deste, pelo Vice-presidente, ou, ainda, na falta ou impedimento de ambos, por qualquer membro do Conselho de Administração, sendo secretariada por acionista escolhido na ocasião.

Parágrafo único. A ata de assembleia será arquivada no órgão do Registro do Comércio e publicada na forma e prazos legais.

V - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 15. A administração da sociedade incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros serão eleitos por um prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, os Conselheiros, e 1 (um) ano, também unificado, os Diretores, podendo ser reeleitos.

§ 1º. O prazo de gestão do Conselho de Administração e Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos.

§ 2º. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-presidente ou principal executivo da Companhia, não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 16. Os eleitos tomarão posse mediante a lavratura de termo próprio no livro de atas de reuniões de cada órgão; em caso de reeleição os Conselheiros e Diretores serão empossados pelo próprio órgão que os reeleger, dispensadas quaisquer outras formalidades.

Parágrafo único. A posse de cada um dos membros eleitos do Conselho de Administração e da Diretoria está condicionada à prévia subscrição de Termo de Anuência dos Administradores, conforme disposto no Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Artigo 17. Os membros do Conselho de Administração e Diretoria perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral. A verba será votada de forma anual e global, cabendo ao Conselho de Administração proceder a sua distribuição por membro.

Artigo 18. Por proposição do Conselho de Administração e a critério da Assembleia Geral Ordinária, os diretores da Companhia poderão perceber ainda uma participação nos lucros da Sociedade que terá como limite superior, o menor dos seguintes valores: **(a)** 8% (oito por cento) dos lucros da sociedade; ou **(b)** o total da remuneração anual dos administradores, atualizada monetariamente.

§ 1º. Cabe ao Conselho de Administração a distribuição individual da participação atribuída aos Diretores.

§ 2º. Os Diretores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o artigo 39 do Estatuto Social.

Artigo 19. Como Sociedade autorizada a negociar seus valores mobiliários no segmento de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

Seção I - Do Conselho de Administração

Artigo 20. O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 9 (nove) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

Artigo 21. Os Conselheiros elegerão o Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Administração, entre e pelos seus pares, por maioria de votos, na primeira reunião que se realizar após a posse.

§ 1º. Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o cargo será exercido pelo Vice-presidente.

§ 2º. Vagando o cargo de Presidente ou de Vice-presidente, estes serão substituídos nesta ordem: o Presidente pelo Vice-presidente, e este, por Conselheiro eleito pelos demais, que completará o mandato.

- § 3º. Vagando, ao mesmo tempo, os cargos de Presidente e de Vice-presidente, ou ainda, a maioria dos cargos, será convocada Assembleia Geral para eleger os substitutos, que completarão o mandato dos substituídos.
- § 4º. Vagando qualquer outro cargo que não previsto nos parágrafos 2º e 3º deste Artigo, o Conselho de Administração, por seus membros remanescentes, poderá eleger um substituto para completar o mandato do substituído.

Artigo 22. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

- § 1º. O Conselho de Administração será convocado pelo Presidente ou pelo Vice-presidente, ou, ainda, na ausência ou impedimento de ambos, por qualquer outro Conselheiro, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, com indicação de data, hora e pauta da reunião, acompanhada de proposta da Diretoria e de análise de viabilidade econômica, quando pertinente.
- § 2º. Em caso de urgência justificada, a reunião poderá ser convocada e realizada sem observância do prazo mínimo antes referido.
- § 3º. As reuniões serão instaladas com a maioria dos conselheiros e serão reputadas válidas as deliberações tomadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração, sendo aceitos votos escritos antecipados, para efeito de quorum e deliberação; é vedado, porém, voto por delegação de poderes ou procuração. Caberá ao Presidente em exercício o voto de desempate.
- § 4º. As deliberações do Conselho de Administração serão objeto de assentamento em atas que, produzindo efeito contra terceiros, serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas na forma e prazo da lei.

Artigo 23. Sem prejuízo da competência fixada em lei, competirá ao Conselho de Administração:

- (a) Fixar a orientação geral dos negócios, planos, projetos e diretrizes econômico-financeiras, industriais e comerciais da Companhia;
- (b) Analisar o orçamento econômico/financeiro e autorizar planos de investimentos e aquisições ou alienações de bens do ativo permanente a serem implementados pela Diretoria, estabelecendo o valor de alçada, a forma de financiamento e as garantias que poderão ser concedidas;
- (c) Autorizar a Diretoria, estabelecendo o limite de alçada, a contrair empréstimos e financiamentos garantidos por bens móveis e imóveis da Sociedade através da constituição ou cessão de garantias reais, inclusive hipoteca e nomeação de bens a penhora em processo judicial, bem como prestar avais ou fianças em favor da Sociedade em operações relacionadas com os seus negócios e interesses e inclusive em favor de empresas controladoras, controladas, coligadas e ligadas;
- (d) Autorizar a Diretoria a adquirir, ceder ou alienar direitos tecnológicos ou direitos de marcas, patentes ou de “know-how” de terceiros ou para terceiros;
- (e) Autorizar a aquisição e alienação de quotas ou ações do capital social de outras empresas, que sejam ou venham a ser reputadas como investimento relevante na forma da lei, ou a constituição de subsidiária integral;
- (f) Observado o limite do capital autorizado, deliberar sobre a emissão, forma de colocação (pública ou privada), preço e condições de integralização de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição fixando preço e demais condições da emissão, bem como autorizar a emissão de Notas Promissórias para subscrição pública “Commercial Papers”;
- (g) Apresentar à Assembleia Geral plano para outorga de opção de compra de ações, nos termos da Lei e deste Estatuto;

- (h) Autorizar a aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;
- (i) Manifestar-se sobre qualquer proposta a ser encaminhada à Assembleia Geral e convocar a Assembleia Geral;
- (j) Eleger e destituir diretores da sociedade, atribuir designações e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuserem os Estatutos;
- (k) Deliberar sobre a abertura ou fechamento de filiais ou quaisquer outros estabelecimentos;
- (l) Fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer operações, contratadas ou em contratação;
- (m) Manifestar-se sobre as demonstrações contábeis e relatórios da administração; disciplinar a política de atribuição e a distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores; e, efetuar proposta de distribuição do lucro líquido, nos termos deste Estatuto;
- (n) Deliberar sobre o crédito e pagamento de juros sobre capital próprio;
- (o) Escolher e destituir auditores independentes;
- (p) Decidir os casos extraordinários emergentes dos negócios e da administração da sociedade que não estiverem regulados no Estatuto;
- (q) Se mantido o Conselho de Administração, em caso de liquidação da sociedade, nomear o liquidante e fixar a sua remuneração, podendo também destituí-lo; e,
- (r) Zelar pela observância e cumprimento pela Sociedade e seus diretores de Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

Seção II - Da Diretoria

Artigo 24. A Diretoria da sociedade será composta por no mínimo 2 (dois) membros e no máximo 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo um Diretor-presidente, um Diretor-superintendente, um Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, podendo as funções serem cumuladas pelo mesmo Diretor.

Artigo 25. A Diretoria, observadas as normas deste Estatuto Social, bem como a orientação geral e a política traçada pelo Conselho de Administração, terá amplos e gerais poderes de administração de forma a exercer com plenitude a direção, a coordenação e o controle das atividades em geral, praticando todos os atos necessários ao seu efetivo funcionamento, bem como elaborar e propor os orçamentos anuais e setoriais, implementar os planos aprovados pelo Conselho de Administração e manter este informado a respeito de suas atividades e atos.

Artigo 26. É ainda da competência da Diretoria, que para isso fica investida de poderes para:

- (a) Administração e representação geral da sociedade, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- (b) Autorizada pelo Conselho de Administração: (1) adquirir e alienar bens imóveis; (2) adquirir e alienar bens móveis do ativo permanente, cujo valor exceder ao limite fixado pelo Conselho de Administração; (3) contrair obrigações com instituições de direito público e privado, inclusive financeiros, desde que pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das operações da sociedade, sempre que o valor exceder o limite fixado pelo Conselho de Administração; (4) onerar bens móveis e imóveis da sociedade através da constituição ou cessão de ônus reais de garantia, inclusive hipoteca e nomeação de bens a penhora em processo judicial,

prestar aval ou fiança, em favor da Sociedade em operações relacionadas com o seu objeto social e também em favor de empresas controladoras, controladas, coligadas e ligadas em operações que excedam o limite fixado pelo Conselho de Administração;

- (c) Confessar, renunciar, transigir ou acordar em qualquer direito ou obrigação da sociedade, desde que pertinente às suas operações sociais, dar e receber quitação;
- (d) Nomear procuradores devendo especificar no mandato os atos e operações que poderão praticar e a duração deste, que no caso de ser judicial poderá ser por prazo indeterminado;
- (e) Zelar pela observância e cumprimento de Acordo de Acionistas, arquivado na sede da Companhia.

Artigo 27. Exceto quanto aos atos de alienação ou hipoteca de bens imóveis, constituição e cessão de direitos reais de garantia sobre bens móveis e imóveis, inclusive nomeação a penhora em processo judicial e nomeação de procuradores, para os quais sempre será requerida a assinatura de dois diretores, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação da Sociedade perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados: (i) por dois Diretores; (ii) por um Diretor em conjunto com um procurador; ou, (iii) por dois procuradores.

Parágrafo único. A Sociedade poderá ser representada por um Diretor ou por um procurador:

- (a) Perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- (b) Quando se tratar de receber ou dar quitações de importâncias ou valores devidos à Sociedade;
- (c) Firmar correspondência e atos de simples rotina;
- (d) Endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da Sociedade;
- (e) Prestar depoimento em juízo, sempre que a Sociedade for regularmente citada, sem poder confessar.

Artigo 28. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer diretor ou procurador que envolvam avais, fianças ou outras garantias, bem como quaisquer outros atos que obriguem a sociedade em negócios estranhos aos seus interesses e objeto social, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração.

Artigo 29. A Diretoria reunir-se-á quando convocada pelo Diretor Presidente, pelo Diretor Superintendente ou pelo Conselho de Administração. As reuniões serão realizadas com a maioria dos membros e presididas pelo Diretor-presidente ou pelo Diretor-superintendente. A cada diretor caberá um voto e as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, possuindo o Diretor que presidir a reunião o voto de desempate. Das reuniões serão lavradas atas que, produzindo efeitos contra terceiros, serão levadas a registro e arquivamento no Registro de Comércio e publicadas no prazo e forma da lei.

Artigo 30. Em caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor-presidente será substituído pelo Diretor-superintendente, e na ausência deste, por qualquer dos Diretores. Na vacância do cargo de Diretor-presidente ou do Diretor-superintendente o Conselho de Administração reunir-se-á no prazo de 10 (dez) dias para eleger um substituto para completar o mandato do substituído. Em caso de ausência ou impedimento de um dos membros da Diretoria, o Conselho de Administração designará um diretor para

acumular as atribuições do ausente ou impedido. Em caso de vacância, observado o mínimo legal, se entender necessário o Conselho de Administração promoverá a eleição de um substituto para cumprir o mandato do substituído.

VI - DO ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 31. A sociedade observará os acordos de acionistas arquivados na sua sede, que tenham por objeto: **(a)** O exercício do direito de voto nas Assembleias; e, **(b)** A transferência de ações ou o exercício de preferência para adquiri-las.

Artigo 32. Caberá ao presidente da assembleia, a pedido de acionista interessado, declarar a ineficácia de voto proferido contra disposição de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, averbado nos livros de registro e nos certificados ou títulos múltiplos de ações, quando este estabelecer essa sanção para o descumprimento, ou assegurar a execução específica das obrigações assumidas.

VII - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 33. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Artigo 34. O Conselho Fiscal não terá caráter permanente e somente será instalado a pedido de acionistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto, observado, ainda, o disposto na legislação aplicável.

Artigo 35. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará a sua remuneração, que não será inferior, para cada membro em exercício, a um décimo (0,1) da que em média for atribuída a cada diretor, não computada a participação nos lucros.

VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Artigo 36. O exercício social findará em 31 de dezembro de cada ano quando serão levantadas as demonstrações contábeis requeridas por Lei.

Parágrafo Único. A Sociedade poderá, por deliberação do Conselho de Administração, levantar mensal, trimestral ou semestralmente demonstrações contábeis intercalares.

Artigo 37. O lucro líquido do exercício compreende o resultado do exercício após as compensações e deduções de:

- (a)** prejuízos acumulados, se houver;
- (b)** constituição de provisão para Imposto de Renda;
- (c)** participação nos lucros atribuída aos empregados, na forma disposta em Lei e em Acordo firmado com empregados;
- (d)** participação nos lucros atribuída aos administradores, observado o que a respeito dispõe o Artigo 18 do Estatuto Social.

Artigo 38. O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária, proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, com observância dos dispositivos legais e deste Estatuto, a saber:

- (a)** Reserva Legal, em valor equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social;

- (b) Reserva de Contingência, quando caracterizadas as circunstâncias que a justifiquem, pelo montante julgado necessário através de estudos praticados pela Diretoria;
- (c) Reserva de Lucros a Realizar, pelo montante a ser apurado conforme normas legais vigentes, quando os lucros a realizar, legalmente previstos, ultrapassarem o total deduzido nos termos das letras (a) e (b) anteriores;
- (d) Dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Artigo 39, seguinte;
- (e) Reserva Geral de Lucros, com saldo que remanescer após as destinações supra mencionadas, destinada à manutenção do capital de giro, que não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do capital social.

Artigo 39. Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, como dividendo mínimo obrigatório, a importância correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- (a) Importância destinada à constituição de Reserva Legal (Artigo 38, letra a);
- (b) Importância destinada à constituição de reserva de Contingência (Artigo 38, letra b), e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, quando deixarem de existir as razões que justificaram a constituição ou no exercício em que ocorrer a perda, respeitando o Artigo 203 da Lei 6404/76;
- (c) Importância destinada à constituição de Reserva de Lucros a Realizar (Artigo 38, letra c) e reversão das mesmas reservas, quando os lucros que as constituíram tenham sido realizados no exercício, respeitado o Artigo 203 da Lei 6404/76.

§ 1º. Salvo deliberação justificada em contrário da assembleia, o dividendo será pago no prazo de 30 (trinta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

§ 2º. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente, e imputá-los ao dividendo de que trata o "caput" deste artigo.

Artigo 40. Com base em demonstrações contábeis levantadas e a teor do Parágrafo Único do Artigo 36 deste Estatuto, o Conselho de Administração poderá declarar dividendo à conta do lucro apurado nessas demonstrações, observado o que a respeito dispõe o "caput" do Artigo 204 e seu § 1º da Lei 6404/76.

Parágrafo único. Poderá, também, o Conselho de Administração declarar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

IX - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 41. A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei. A teor do Artigo 23, letra (q) do Estatuto, mantido o Conselho de Administração, a este incumbirá a nomeação do liquidante e fixar a sua remuneração; o Conselho Fiscal somente será instalado se for requerido por acionistas.

Diretoria: Daniel Raul Randon, Gilberto Carlos Crosa e Rogério Luiz Ragazzon

Anexo VIII – Parecer do Conselho Fiscal, relativo ao aumento do capital Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, conselheiros da Fras-le SA, examinamos o Relatório Anual dos Administradores 2013, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas Auditadas, relativos ao Exercício Social encerrado em 31/12/2013; examinamos as propostas da diretoria sobre a distribuição de dividendos aos acionistas e aumento do capital social por incorporação de parte do saldo da reserva geral de lucros com bonificação em ações elaboradas em 07/03/2014 e 12/03/2014, respectivamente. Ouvimos a Administração da Companhia e representantes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre estes documentos e manifestamos a seguinte opinião: o Relatório narra os negócios sociais e principais fatos administrativos do Exercício Social findo; as Demonstrações Financeiras representam a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2013 e as Propostas da Diretoria estão em conformidade com os Estatutos Sociais e legislação vigente. Os Conselheiros recomendam a aprovação dos documentos pela Assembleia Geral.

Caxias do Sul, 12 de março de 2014.

Dorildo Berger

Stephen Benjamin Duvignau

Carlos Osvaldo Pereira Hoff

Benilda Waschow